

ECONOMISTAS

XXI Congresso Brasileiro de Economia

APROPRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA

Opinião

Palestrantes do CBE analisam o tema do evento com diferentes enfoques

Teoria econômica

Como as diversas correntes de pensamento veem a riqueza

Mercado de trabalho

Economistas comentam as principais áreas de atuação com mais oportunidades



EXPEDIENTE

PRESIDENTE

Paulo Dantas da Costa

VICE-PRESIDENTE

Júlio Miragaya

CONSELHEIROS EFETIVOS

Paulo Dantas da Costa
Júlio Miragaya
Antonio Melki Júnior
Celina Martins Ramalho
Eduardo José Monteiro da Costa
Erivaldo Lopes do Vale
Fábio José Ferreira da Silva
Francisco Assunção e Silva
Jin Whan Oh
João Manoel Gonçalves Barbosa
José Luiz Amaral Machado
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Nelson Pamplona da Rosa
Odisnei Antônio Béga
Paulo Hermance Paiva
Paulo Salvatore Ponzini
Róridan Penido Duarte
Sebastião Demuner

CONSELHEIROS SUPLENTES

Airton Soares Costa
Carlos Alberto Safatle
Dilma Ribeiro de Sousa Pinheiro
Edson Nogueira Fernandes Júnior
Fernando da Silva Ramos Filho
José Antonio Lutterbach Soares
José Emílio Zambom da Silva
Lourival Batista de Oliveira Júnior
Marcelo Martinovich dos Santos
Maria de Fátima Miranda
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Brasil Corrêa de Mello
Regina Lúcia Gadioli dos Santos
Valery Maineri König
Vicente Ferrer Augusto Gonçalves
Virgílio Pacheco de Araújo Neto

COMITÊ EDITORIAL

Paulo Dantas da Costa
Júlio Miragaya
Jin Whan Oh

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Jin Whan Oh (Coordenador)
Celina Martins Ramalho
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Júlio Miragaya
Maria de Fátima Miranda
José Carlos de Godoy Júnior

JORNALISTA

Manoel Castanho (MTb – 7014 – DF)

ASSESSORA DE IMPRENSA

Natália Kenupp (MTb – 8861 – DF)

ESTAGIÁRIO

Júlio Poloni

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Área Comunicação

IMPRESSÃO

GRÁFICA

Gráfica e Editora Positiva Ltda

TIRAGEM

10.000 exemplares

ISSN 2446-9297

SUMÁRIO

CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA:

Destaques da programação5

O QUE ESTÁ SEGURANDO O BRASIL

Otaviano Canuto.....8

CAPA

Apropriação e distribuição da riqueza.....11

A VISÃO KEYNESIANA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA

José Oreiro.....18

DESIGUALDADE E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

João Ildebrando Bocchi.....23

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

Márcio Pochmann27

SISTEMA FINANCEIRO E O DESENVOLVIMENTO

Ladislau Dowbor.....31

DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO

Clemente Ganz.....35

ECONOMIA CRIATIVA

Luiz Alberto Machado38

ECONOMISTAS E O MERCADO DE TRABALHO

O setor público e o mercado financeiro absorvem a maioria dos profissionais formados.....46

FENECO

Cofecon e estudantes de Economia se aproximam durante XLI Eneco.....52

CONCURSO CULTURAL

Por que você escolheu seguir a profissão de economista?.....55

NOVOS LIVROS

Luc Ferry: A Inovação Destruidora.....57



PAULO DANTAS DA COSTA
PRESIDENTE



EDITORIAL

Esta edição da revista ECONOMISTAS trata de aspectos especiais que envolvem a distribuição da renda e a formação da riqueza, em consonância com o tema central do XXI Congresso Brasileiro de Economia – CBE 2015, “A apropriação e a distribuição da riqueza – desafios para o século XXI”, evento que será realizado em Curitiba, Paraná, nos dias 9 a 11 de setembro de 2015.

A escolha do tema que envolve a RIQUEZA, tanto para esta revista como para o CBE 2015, é indicador do elevado interesse dos economistas brasileiros na discussão do assunto, que está intimamente relacionado com o objeto da ciência econômica, não limitado, nos dias atuais, ao restrito exame das necessidades crescentes diante da escassez de recursos. Cabe, sim, o estudo mais largo possível sobre o assunto, desde a menor riqueza, configurada sob a forma da pobreza ou miséria das pessoas, até a riqueza que se materializa por vultosas acumulações econômicas.

A própria realidade brasileira, no tocante à distribuição da renda e à concentração do estoque de riquezas, já dá conta da evidente necessidade da discussão da temática, específica do mundo acadêmico dos economistas.

Não obstante a efetiva melhoria na distribuição de renda em nosso país nos últimos anos, ainda somos uma sociedade bastante desigual, situação que tende a piorar com a retração econômica em curso, face à compressão da massa de rendimento dos trabalhadores e à forte elevação dos ganhos do restrito círculo de investidores no mercado financeiro.

O francês Thomas Piketty nos levou a novas reflexões sobre a questão da riqueza, com o seu *O Capital no Século XXI*, provavelmente a obra mais importante no campo da ciência econômica para o atual início de século, e que, de forma muito lúcida, oferece o exame preciso sobre o assunto, numa conjuntura mundial de grave concentração patrimonial, só vista cem anos atrás, no período da *belle époque*.

Aproveitando a oportunidade, fica o convite para a participação de todos no XXI Congresso Brasileiro de Economia, em Curitiba. Além da rica programação do evento, a moderna capital paranaense oferece um amplo leque de opções culturais e de lazer que tornarão a ida ao XXI CBE um momento especial.

Boa leitura!

Valeu a pena

Construir uma carreira de sucesso não é nada fácil. Você não economizou em noites de estudo e dedicação profissional para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico do país. Com os economistas, todos os brasileiros podem sonhar com um futuro melhor.

Programação
do CBE

CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA: Destaques da programação

O XXI Congresso Brasileiro de Economia, realizado de 9 a 11 de setembro em Curitiba, terá como tema a apropriação e a distribuição da riqueza no Brasil e os desafios do século XXI. Segundo estudo realizado pela ONG Oxfam em 2014, as 85 pessoas mais ricas do mundo têm a mesma riqueza que a metade mais pobre da população mundial. Já para a Universidade das Nações Unidas, 85,2% da riqueza do mundo está nas mãos de 10% da população, segundo dados de 2009. Para discutir o tema, o Congresso reunirá economistas de renome nacional e internacional.

A palestra magna de abertura será

ministrada pelo diretor-executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) Otaviano Canuto no dia 9 de setembro, das 20h30 às 22h, no Teatro Positivo, Pequeno Auditório. O economista falará sobre o Desenvolvimento econômico e inclusão social no Brasil, abordando a trajetória recente de crescimento econômico e redução da pobreza no Brasil, além dos desafios e oportunidades para o futuro. Canuto atuou como vice-presidente, diretor-executivo e conselheiro sênior do Banco Mundial, foi vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington (EUA), secretário de Assuntos Internacionais no Mi-

nistério da Fazenda e professor de Economia da USP.

O economista e professor-doutor João Paulo de Almeida Magalhães será homenageado na solenidade de abertura do CBE, no dia 9 de setembro, às 20h. Magalhães é autor de vários livros e artigos publicados, entre eles Estratégias de longo prazo para o Brasil: uma alternativa ao modelo neoliberal; Paradigmas econômicos e desenvolvimento, a experiência brasileira; e Inflação e Desenvolvimento. Recebeu, em 2005, o prêmio Personalidade Econômica do Ano durante o XVI Congresso Brasileiro de Economia, realizado em Florianópolis.

FILMES

O cenário e a discussão sobre os novos rumos da economia brasileira também serão abordados em atrações culturais do XXI Congresso Brasileiro de Economia. Os participantes poderão assistir, logo no primeiro dia do evento, a diversos filmes sobre o assunto.

Horário	Filme
10h45 às 12h30	O Sal da Terra, de Wim Wenders e Juliano Salgado.
14h às 16h	Um Sonho Intenso, de José Mariani
16h30 às 18h30	O Longo Amanhecer, cinebiografia de Celso Furtado

cofecon.org.br

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
SISTEMA COFECON/CORECONS

CONHEÇA OS PRINCIPAIS CONFERENCISTAS DO XXI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA

› MARCO AURÉLIO BEDÊ

Doutor em Economia pela FEA-USP, foi coordenador do Observatório das Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo, professor-adjunto da Universidade Federal do ABC e consultor de empresas. Atualmente é coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas (NEP) da Unidade de Gestão Estratégica (UGE) do Sebrae Nacional. A palestra de Marco Aurélio Bedê terá como tema “O papel das Micro e Pequenas Empresas na Distribuição da Renda e da Riqueza no Brasil” e será apresentada no dia 10 de setembro, das 8h45 às 10h30, no Anfiteatro 2, localizado no Bloco Vermelho.

› PAUL SINGER

Economista, sociólogo e secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Possui graduação em Economia e Administração (1959) e doutorado em Sociologia (1964) pela Universidade de São Paulo - USP, da qual é professor titular, atualmente, em Economia, Administração e Contabilidade. No CBE, apresentará a palestra “A diversidade das Ciências Econômicas – Economia Solidária”, a ser realizada no dia 10 de setembro, das 10h45 às 12h30, no Anfiteatro 2, Bloco Vermelho.

› JOSÉ LUIS DA COSTA OREIRO



Graduado em Ciências Econômicas pela FEA-UFRJ (1992), mestre em Economia pela PUC-RJ (1996) e doutor em Economia pelo IE-UFRJ (2000). Atualmente é professor do Instituto de Economia da UFRJ, pesquisador Nível I do CNPq, líder do Grupo de Pesquisa “Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento” e presidente da Associação Keynesiana Brasileira. É co-autor do livro “Developmental Macroeconomics” publicado em 2014 pela Routledge. A palestra “A visão Keynesiana sobre Distribuição da Riqueza e a sua Importância para o Crescimento da Economia” será apresentada no dia 10 de setembro, das 14h às 15h45, no Teatro Positivo, Pequeno Auditório.

› SÉRGIO BESSERMAN VIANNA

Ambientalista, Besserman é membro do conselho diretor da WWF-Brasil e trabalha no tema Mudanças Climáticas desde 1992, tendo sido membro da missão diplomática brasileira em duas Conferências das Partes da ONU. A palestra “A Economia e o Meio Ambiente” será ministrada no dia 10 de setembro, das 8h45 às 10h30, no Anfiteatro, Bloco Bege.

› FABRÍCIO AUGUSTO DE OLIVEIRA

Doutor em economia pela Universidade Estadual de Campinas, onde foi professor até 1998, e membro da Plataforma de Política Social. Leciona, desde 2011, na Escola de Governo do Legislativo do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Fabrício falará, no dia 10 de setembro, sobre “Taxação de Heranças e de Grandes Fortunas”. A palestra será das 16h às 17h45 no Anfiteatro do Bloco Amarelo.

› CARLOS BRANDÃO

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui Doutorado, Livre-Docência e é professor titular em Economia Regional e Urbana pela

UNICAMP. Pós-doutorado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Coordenador do site www.interpretesdobrasil.org. Coordenador do Observatório Celso Furtado para o Desenvolvimento Regional. Carlos Brandão apresentará a palestra “Impacto da Apropriação e Distribuição da Riqueza na Escala Espacial” no dia 10 de setembro, das 10h45 às 12h30, no Anfiteatro do Bloco Bege.

› MÁRCIO POCHMANN



Graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-graduado em Ciências Políticas. Concluiu seu doutorado em Ciência Econômica na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 1993, tornando-se pesquisador

do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), do qual seria diretor-executivo anos mais tarde, e também presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). No CBE, a palestra do economista será sobre “A distribuição da riqueza no Brasil”, ministrada no dia 10 de setembro, das 18h30 às 20h15, no Teatro Positivo, Pequeno Auditório.

› ROQUE PELLIZZARO JUNIOR

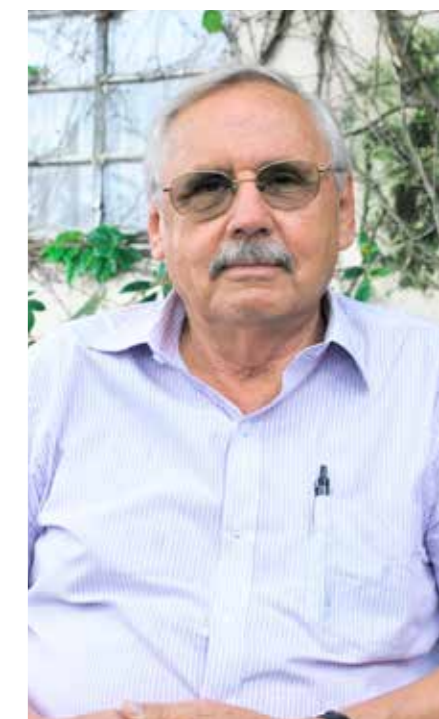
Advogado e economista, é presidente do Serviço de Proteção ao Crédito/SPC Brasil. Presidiu a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas/CNDL entre os anos de 2007 e 2014 e foi presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas -FCDL/SC de 2005 a 2008. Roque ministrará a palestra “Desafios do Setor de Serviços frente à Conjuntura Econômica” no dia 10 de setembro, das 14h às 15h45, no Anfiteatro 2, Bloco Vermelho.

› GESNER DE OLIVEIRA

Ph.D em Economia, é professor do Departamento de Planejamento e Análise Econômica Aplicados à Administração - PAE-EAESP/FGV. Foi presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) entre 2007 e 2010, período em que recebeu o prêmio Empresário Ambientalista do PNBE, e o prêmio Dirigente Público Empreendedor, concedido

pelo Grupo de Líderes Empresariais. Foi consultor do Banco Mundial e atualmente realiza consultoria para os principais grupos privados e estatais em saneamento no Brasil. A palestra “Recursos Hídricos e a Economia” será apresentada no dia 11 de setembro, das 14h às 15h45, no Anfiteatro do Bloco Bege.

› LADISLAU DOWBOR



Professor titular de economia na PUC-SP e consultor de várias agências das Nações Unidas. É conselheiro de numerosas instituições nacionais e internacionais. É autor de cerca de 40 livros e de diversos artigos e estudos técnicos, disponíveis online na íntegra (*creative commons*) em dowbor.org. Ministrará a palestra “Conjuntura Econômica Brasileira” no dia 11 de setembro, das 16h às 17h45, no Teatro Positivo, Pequeno Auditório.

O QUE ESTÁ SEGURANDO O BRASIL



WASHINGTON, D.C. – É comum ouvirmos que a economia do Brasil está presa na “armadilha da renda média”. Desde a crise da dívida da década de 1980, o Brasil não conseguiu reviver a transformação estrutural e o crescimento da renda per capita que tinham caracterizado as três décadas anteriores. Porém, com a combinação certa de políticas, o país poderia finalmente mudar seu destino.

A explicação predominante para o fracasso do Brasil em alcançar o status de alta renda põe o país junto a outras economias de renda média, todas as quais transferiram trabalhadores não qualificados de ocupações de mão de obra intensiva para os setores mais modernos de manufatura ou serviços. Esses novos postos de trabalho não demandavam muito treinamento, mas embutiam níveis

mais elevados de tecnologia, importada de países mais ricos e adaptada às condições locais. Juntamente com a urbanização, isso aumentou a produtividade total dos fatores (PTF), levando a um crescimento do PIB muito além do que poderia ser explicado pela expansão do trabalho, do capital e de outros fatores físicos de produção e erguendo assim a economia ao segmento de renda média.



OTAVIANO CANUTO

Diretor executivo no FMI. Foi vice-presidente e diretor executivo no Banco Mundial e vice-presidente no BID. Foi também Secretário de Assuntos Internacionais no Ministério da Fazenda e professor na USP e na Unicamp.

Avançar para o próximo estágio de desenvolvimento econômico é mais difícil, conforme indica o fato de que apenas 13 das 101 economias de renda média em 1960 alcançaram o status de alta renda até 2008. De acordo com o ponto de vista predominante, o sucesso depende da capacidade de uma economia continuar elevando a PTF ao deslocar-se para cima na cadeia de valor – seja no setor de manufatura, de serviços ou agrícola – em direção a atividades de maior valor agregado e que exijam tecnologias mais sofisticadas, capital humano de maior qualidade e ativos intangíveis como capacidades de projeto e organizacionais.

Em suma, os países de renda média que procuram alcançar o próximo estágio de desenvolvimento não podem simplesmente continuar a importar ou imitar as tecnologias ou habilidades já existentes; eles precisam desenvolver as suas próprias. Isso requer um quadro institucional sólido, que estimule a inovação e possa suportar cadeias de suprimentos complexas. Esse quadro institucional deve incluir, por exemplo, um sistema educacional eficaz, mercados financeiros bem desenvolvidos e uma infraestrutura avançada. De acordo com essa lógica, a incapacidade do Brasil de continuar sua ascensão na escala da renda está enraizada na sua dificuldade de modificar seu ambiente institucional.

Embora essa avaliação geral seja útil, ela negligencia aspectos críticos da história do Brasil – nomeadamente, que a elevação do país, em três décadas, ao status de renda média-alta criou armadilhas adicionais de crescimento. Uma estratégia orientada à resolução desses problemas é tão importante para o desenvolvimento contínuo do Brasil quanto a necessidade de buscar atividades de maior valor agregado.

A incapacidade do Brasil de continuar sua ascensão na escala de renda está enraizada na sua dificuldade de modificar seu ambiente institucional

Otaviano Canuto

A boa notícia é que os líderes brasileiros parecem entender isso cada vez melhor. De fato, o Brasil já tomou medidas para resolver a primeira armadilha do crescimento: o legado da instabilidade macroeconômica dos anos 1970 e 1980. Apesar da demora de mais de duas décadas na solução do problema de forma eficaz – quando as reformas necessárias, tanto institucionais quanto de políticas, foram finalmente implementadas na década de 1990 e validadas após uma mudança de governo – os

“ganhos da estabilização” contribuíram para um surto de crescimento em meados da década de 2000.

Outro impedimento ao desenvolvimento do Brasil foi o que se poderia chamar de “armadilha da exclusão”. Enquanto a renda per capita média do Brasil o coloca atualmente entre os países de renda média-alta, uma parte substancial da população continua mergulhada na pobreza, mesmo que o país tenha conquistado posições mais altas em algumas cadeias globais de valor, como no caso da agricultura intensiva em tecnologia, da prospecção sofisticada de petróleo em alto-mar e da indústria aeronáutica. Educação inadequada, más condições de saúde e falta de treinamento no local de trabalho impedem uma grande parte dos trabalhadores de aumentar a sua produtividade, comprometendo assim o crescimento econômico potencial do Brasil.

Mas o Brasil também tem feito progressos nessa área. Apesar das baixas taxas médias de crescimento, a renda do quintil mais pobre da população cresceu acima de 6% ao ano na década de 2000, devido em grande parte às políticas sociais economicamente eficientes. Desde que o governo continue a seguir uma estratégia abrangente de redução da pobreza – incluindo a melhora do acesso aos serviços de saúde, aos serviços financeiros e à educação – a produtividade do Brasil deve aumentar nos próximos anos.

Mesmo assim, o Brasil tem um longo caminho a percorrer. Para começar, o fraco investimento em infraestrutura tradicional desde a década de 1980 tornou-se um entrave cada vez maior ao crescimento da PTF, contribuindo para o desperdício e a ineficiência nos sistemas de produção existentes. Esse problema poderia ser enfrentado ajustando-se a divisão de responsabilidades sobre o investimento em infraestrutura e sua gestão entre os setores público e privado, com o objetivo de incentivar a participação deste último.

O Brasil também precisa, é claro, enfrentar a questão do valor agre-

gado que afeta todas as economias de renda média, o que implica melhorar o ambiente operacional do setor privado. Atualmente, algumas características-chave desse ambiente – incluindo muitas horas de trabalho só para pagar impostos, uma carga tributária excessiva e pesadas exigências burocráticas – tornam o custo de fazer negócios no Brasil incompatível com cadeias de produção complexas, bem como minam a produtividade ao causarem o desperdício de recursos humanos e materiais.

Finalmente, para dar suporte à melhora na prestação de serviços, o Brasil deve lançar uma ampla re-

visão dos gastos públicos. Gastos públicos além do que é necessário para financiar as funções básicas do governo compreendem uma parte importante do PIB do Brasil. Cortar gastos que não são destinados a eliminar as armadilhas da exclusão e do aprimoramento da infraestrutura permitiria ao governo aumentar o investimento nas áreas que dele mais necessitam ou reduzir a carga tributária do setor privado.

O Brasil está bem posicionado para escapar da armadilha de renda média. Cabe a seus líderes aproveitar ao máximo essa oportunidade.



Capa

APROPRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA

Alguma vez você já se perguntou qual a origem do crescimento econômico? Ou por que algumas nações são ricas enquanto outras nunca superam a condição de subdesenvolvidas? Ou talvez por que uma parte expressiva da renda mundial está na mão de poucas pessoas, enquanto a maioria vive com pouca ou nenhuma riqueza? E por que há tanta desigualdade e que impacto isso tem na prosperidade de um país? Estas e outras questões são objeto de especial atenção por parte dos economistas e estão diretamente relacionadas a um elemento essencial da ciência econômica – que, inclusive, estará no centro das discussões do XXI Congresso Brasileiro de Economia: a riqueza.

Foi o economista francês Jean Baptiste Say (1767-1832) quem definiu a economia como “a exposição da ma-

neira como se formam, se consomem e se distribuem as riquezas”. O presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, fez questão de mencionar esta definição ao realizar seu discurso de posse, em janeiro de 2014. “Tomo a liberdade de assimilar o conceito expresso por Say para o objeto da ciência econômica, notadamente no que diz respeito à formação da riqueza, na sua conceituação mais elástica possível”, afirmou Dantas. “Desde a riqueza mais elevada, originada de vultosas apropriações econômicas, até a menor riqueza, a desriqueza, a não-riqueza, a riqueza negativa ou qualquer outra expressão que a hermenêutica permita e que possa configurar estados que identifiquem a miséria das pessoas, como também o endividamento sem lastro tanto de pessoas como de entidades e até de nações”.

A discussão sobre a riqueza remete à Idade Antiga, mas foi a partir da transição do feudalismo para o capitalismo que começaram a surgir mais obras de peso sobre o assunto. A Europa vivia um momento de fortalecimento dos Estados nacionais, que tinham grande presença na economia, e foi neste contexto que se desenvolveram as práticas econômicas conhecidas como mercantilismo. A riqueza de uma nação estava na quantidade de metais preciosos que possuía. Este pensamento fomentava o comércio exterior, com uma balança comercial favorável; os governos incentivavam o desenvolvimento de manufaturas, uma vez que os produtos manufaturados eram mais caros que os produtos agrícolas; além disso, barreiras protecionistas dificultavam as importações.

O PENSAMENTO LIBERAL

Na França, no Século XVIII, surgiu o primeiro foco de oposição ao pensamento mercantilista: a Fisiocracia, que teve como maiores expoentes François Quesnay (1694-1774) e Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781). Quesnay destacava a agricultura como fonte de riqueza, já que a indústria se limitava a transformar a matéria. Defendia também a liberdade econômica (“laissez faire, laissez passer”), a redução de impostos para as classes produtivas (agricultores) e o aumento para as classes improdutivas (proprietários de terras). Sua principal obra, o *Tableau Economique*, mostrava como o dinheiro circula entre as classes produtivas, improdutivas e estéreis (artesãos e comerciantes). Turgot, no livro *Reflexões sobre a Formação e Distribuição da Riqueza*, desenvolveu as ideias de Quesnay e defendeu um imposto único sobre o produto da terra.

A liberdade econômica também foi uma bandeira de Adam Smith (1723-1790), considerado o pai da moderna economia política. Smith defendia um sistema de “liberdade natural”, em que o esforço individual produzia o bem social, e afirmava que o mercado produzia o progresso da opulência. “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas de seu interesse próprio”, escreveu Smith. Sua obra *A Riqueza das Nações*, publicada em

1776, é um marco no pensamento econômico moderno e considerou o trabalho humano como causa da riqueza das nações. Além da liberdade econômica, o sistema defendido pelo filósofo escocês era baseado na divisão do trabalho e na manutenção dos direitos de propriedade. Todos os agentes, na busca por lucrar o máximo, acabavam promovendo o bem-estar de toda a comunidade, como se uma mão invisível guiasse as decisões da economia.

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas de seu interesse próprio

Adam Smith

“As pessoas respondem a incentivos. Se produzem riqueza e não a recebem de volta, é difícil entender que tenham motivo para continuar nesse ciclo. Ao separar a produção da distribuição, necessariamente precisamos de um regime ditatorial que obrigue as pessoas a isso”, afirma o economista Adolfo Sachsida, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. “Todos os países do mundo adotam essa abordagem. Basta observarmos a Coreia do Norte e Coreia do Sul. Quarenta anos após a divisão, vemos a Coreia

do Sul, que optou pelo modelo capitalista, rica, enquanto a Coreia do Norte é pouco desenvolvida. Quando estabelecemos claramente quem produz e quem se apropria das riquezas, temos o crescimento de um mundo melhor, não apenas em termos econômicos, mas também em liberdade para a população. Basta observar que a Coreia do Sul optou pela democracia enquanto a Coreia do Norte escolheu o caminho da ditadura”, exemplifica.

Vários outros pensadores desenvolveram as ideias de Adam Smith. David Ricardo (1772-1823) apresentou a ideia da vantagem comparativa, sugerindo que mesmo um país que fosse inferior a outro na produção de todos os seus bens poderia beneficiar-se do comércio especializando-se nas atividades nas quais é mais produtivo. Jean Baptiste Say (1767-1832) popularizou a ideia que ficou conhecida como Lei de Say: a oferta cria sua própria demanda. O aumento da produção transformaria-se em renda para trabalhadores e empresários, que seria usada na compra de outras mercadorias. Já Alfred Marshall (1842-1924) utilizou a matemática aplicada como ferramenta de investigação e análise de fenômenos econômicos e introduziu o conceito de utilidade marginal na formação dos preços das mercadorias.



O MARXISMO

O alemão Karl Henrich Marx (1818-1883) explicou a obtenção dos lucros no sistema capitalista utilizando o conceito de mais-valia. O trabalho gera a riqueza; a mais-valia seria a diferença entre o que o empregado produz e o que ele recebe. Um operário que levasse um dia inteiro para produzir uma mesa receberia, ao final do dia, um pagamento correspondente ao valor do trabalho realizado; no entanto, ela seria vendida por um preço superior, gerando lucro para o patrão, que, desta forma, se apropria do trabalho realizado pelo operário. O pagamento recebido pelo operário após produzir a mesa será insuficiente para que ele compre a mesma mesa. Esta diferença Marx chamou de mais-valia.

A teoria de Marx concebe a economia capitalista como uma totalidade. Os processos de produção e distribuição da riqueza têm autonomia

relativa, mas são parte de um mesmo todo. “A importância disso não é menor. Por um lado, significa que o panorama específico da distribuição do valor é consequência do papel específico que cada componente da estrutura social cumpre no processo social de produção”, explica o economista Marcelo Carcanholo, professor da Universidade Federal Fluminense e doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. “A forma como cada indivíduo se insere no processo social de produção é o critério básico para a constituição das classes sociais. Qualquer que seja o padrão de distribuição, ele está ligado às relações sociais de produção, isto é, à estrutura de classes da sociedade. Apropria-se de lucro apenas aquele que detém meios de produção, contrata trabalhadores, vende as mercadorias finais”.

Na visão marxista, a distribuição

da riqueza não é uma questão individual, como em outras escolas de pensamento econômico. A existência de indivíduos mais ricos e outros mais pobres é explicada pelo pertencimento a uma classe social. Qualquer tentativa ou proposta de melhorar o padrão de distribuição sem alterar as relações sociais de produção é, no melhor dos casos, uma política de redistribuição compensatória.

“As leis gerais de funcionamento da economia capitalista contêm a tendência ao crescimento da disparidade na apropriação do valor produzido entre capitalistas e trabalhadores, ainda que em momentos conjunturais elas possam se apresentar de forma a reduzir esta brecha”, afirma Carcanholo. “A vantagem da teoria de Marx é que ela permite entender a distribuição como de fato ela se define, como uma distribuição funcional da renda”.

O KEYNESIANISMO

Um dos economistas mais influentes do século XX, considerado o pai da macroeconomia moderna, foi o britânico John Maynard Keynes (1883-1946). Sua principal obra foi A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, publicada em 1936. O economista teve um papel importante durante a conferência de Bretton Woods, em 1944, quando representantes de todos os 44 países aliados se reuniram para discutir a reconstrução do capitalismo mundial.

Para Keynes, as economias de mercado não possuem mecanismos capazes de fazer com que a demanda se ajuste à capacidade produtiva, tendendo à subutilização da capacidade produtiva e ao desemprego involuntário da força de trabalho (ele diferenciava o desemprego voluntário do involuntário). Keynes também rejeitava a teoria clássica da taxa de juros, afirmando que ela reflete a preferência

dos agentes econômicos pela liquidez.

“O desemprego decorre, portanto, da incapacidade da taxa de juros de atuar como mecanismo de coordenação entre as decisões de poupança e investimento. A preferência pela liquidez poderia estabelecer um patamar para a taxa de juros que fosse elevado demais para gerar o nível de demanda agregada compatível com o pleno emprego da força de trabalho”, afirma o economista José Luis Oreiro, presidente da Associação Keynesiana Brasileira. “Uma taxa de juros alta demais não só é o fator responsável pela tendência à subutilização da capacidade produtiva e o desemprego da força de trabalho, como ainda contribui para o aumento da desigualdade da distribuição de renda e riqueza. Uma parte significativa da desigualdade na distribuição de renda e de riqueza advém do rentismo, ou seja, da obtenção de renda

econômica em função unicamente da posse de riqueza, seja ela o resultado da poupança feita pelo próprio indivíduo ou de heranças recebidas”.

Keynes defendia a intervenção estatal como forma de superar crises econômicas, tendo em vista que o funcionamento normal do livre mercado não criava a pressão necessária para superar o quadro de desemprego alto e gerar demanda. “O mercado é uma forma maravilhosa de organização da vida econômica, capaz de produzir um ritmo estonteante de progresso material ao longo do tempo”, argumenta Oreiro. “O problema é a tendência das economias de mercado que operam sob a égide do laissez-faire de apresentarem uma tendência crônica a subutilização de capacidade produtiva e a concentração de renda e de riqueza. Para lidar com esses problemas é necessária uma intervenção limitada do Estado na vida econômica”.



A CEPAL COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

A Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e reuniu grandes nomes do pensamento desenvolvimentista latino-americano. Um de seus primeiros secretários executivos, o argentino Raúl Prebisch (1901-1986), defendeu o caminho da industrialização como forma de elevar o nível de vida da população e obter vantagens do progresso técnico. Prebisch se opunha a uma divisão internacional do trabalho que dava à América Latina a função de mera produtora de matérias-primas para os grandes centros industriais.

Outro expoente da CEPAL foi o brasileiro Celso Furtado (1920-2004), que usou o modelo centro-periferia

para explicar a história econômica do Brasil. No país, conviviam lado a lado uma economia de subsistência e baixa produtividade e uma economia dinâmica, voltada para a exportação. Por causa deste desequilíbrio, o Brasil enfrenta problemas sociais como a desigualdade de renda.

A heterogeneidade na estrutura produtiva determina a inserção externa dos países e se traduz em desigualdade de renda

Verônica Amarante

“Um aspecto fundamental dentro da teoria estruturalista é o papel da

forte heterogeneidade estrutural das economias da região, originada pelas diferenças de produtividade e tecnologia a nível de setores. Esta heterogeneidade na estrutura produtiva determina a inserção externa dos países e se traduz em desigualdade de renda. Desta forma, perpetuam-se elites econômicas e políticas que retroalimentam um modelo altamente desigual”, afirma a diretora da CEPAL no Uruguai, Verônica Amarante. “O enfoque da CEPAL tem a virtude de tentar vincular as estruturas produtivas dos países aos resultados distributivos em várias dimensões. Este vínculo não é fácil de estabelecer e, por diversos motivos, a literatura sobre temas distributivos não se concentra nestes aspectos”.

A DESIGUALDADE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Enquanto o progresso tecnológico trouxe às novas gerações uma série de bens e confortos que as anteriores não tiveram, a desigualdade é um problema que se vê cada vez mais acentuado no mundo contemporâneo.



No livro *O Preço da Desigualdade*, o norte-americano Joseph Stiglitz (1943-), ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 2001, analisa as consequências deste quadro nos Estados Unidos (como o aumento da criminalidade e problemas sanitários), mas questiona de forma especial quais são as causas. Stiglitz argumenta que os mercados, por si sós, não são eficientes nem estáveis

e tendem a acumular a riqueza nas mãos de uns poucos; além disso, as políticas dos governos e instituições são propensas a acentuar esta tendência. Os interesses financeiros, no processo de criação da riqueza, sufocam o verdadeiro capitalismo. A desigualdade crescente, entretanto, não é algo inevitável - e, para combatê-la, o economista propõe um conjunto de reformas que contribuam para criar uma sociedade mais justa e equitativa. O livro também contém uma advertência: ao longo de história, situações de elevada desigualdade já aconteceram outras vezes e a minoria privilegiada só conseguiu entendê-la quando era demasiado tarde.

Mais recentemente, o economista francês Thomas Piketty (1971-) obteve grande sucesso com seu livro *O Capital no Século XXI*, no qual discute as limitações do capitalismo em dar respostas satisfatórias à questão da desigualdade. Ele parte do pressuposto de que a taxa de poupança das sociedades permanecerá constante e que, com a queda do crescimento do PIB, eleva-se a relação entre a taxa de poupança e a do crescimento. Desta forma, a classe rica viverá do rendimento do seu patrimônio, enquanto os demais viverão na pobreza. Para combater este quadro é necessário o constante amadurecimento das instituições democráticas,

a formulação de políticas econômicas que busquem a equidade e o acesso à cultura e à educação.

O presidente do Cofecon se considera academicamente alinhado com Piketty. Paulo Dantas da Costa defende uma tributação sobre os fluxos de capitais – algo como a proposta do economista norte-americano James Tobin (1918-2002) e que ficou conhecido como Taxa Tobin, mas cuja finalidade fosse o combate à miséria. “Se, desta riqueza, se tirasse alguma coisa na forma de tributos e os fundos gerados por essa tributação fossem dirigidos para a solução da miséria no mundo, tenho certeza de que situações como a imigração ilegal de africanos para a Europa, com as tragédias que ocorrem no Mediterrâneo, não aconteceriam mais”, afirma o presidente. “Esse ajuste será feito um dia, porque a questão da apropriação da riqueza, abordada por Piketty, diz respeito aos interesses da humanidade. A solução não passa por modificações ou transformações sistêmicas, mas por aproveitar o próprio sistema e tirar proveito de seus excedentes para a geração de fundos capazes de resolver o problema da miséria, que é uma chaga mundial. É algo que corrompe integralmente e envergonha os homens e mulheres de nossa época”, conclui.

DEBATES SOBRE A APROPRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA NO CBE

A apropriação e distribuição da riqueza é um assunto que está no centro das discussões do XXI Congresso Brasileiro de Economia, em Curitiba. Veja abaixo os horários e temas dos principais debates:

10 DE SETEMBRO

08h45

Cooperativismo no Paraná e sua Contribuição para a Geração e Distribuição da Riqueza.

Palestrante:

José Roberto Ricken – OCEPAR

08h45

O Papel das Micro e Pequenas Empresas na Distribuição da Renda e da Riqueza no Brasil

Palestrante:

Econ. Marco Aurélio Bedê – SEBRAE

10h45

A Questão Agrária, a Apropriação e a Distribuição da Riqueza.

Palestrante:

Econ. João Pedro Stedile – MST

10h45

Impacto da Apropriação e Distribuição da Riqueza na Escala Espacial.

Palestrante:

Econ. Carlos Brandão – UFRJ

14h00

A Visão Keynesiana sobre a Distribuição da Riqueza e a sua Importância para o Crescimento da Economia.

Palestrante:

Econ. José Luis da Costa Oreiro – UFRJ

14h00

Planejamento Econômico e a Distribuição de Riqueza

Palestrante: Silvio Magalhães Barros - Secretário de Planejamento do Estado do Paraná

16h00

A Visão Cepalina sobre a Distribuição da Riqueza e a sua Importância para o Crescimento da Economia.

Palestrante:

Econ. Esteban Perez - CEPAL/CHILE

16h00

Taxação de Heranças e de Grandes Fortunas

Palestrante:

Econ. Fabrício Augusto de Oliveira – CORECON-MG

18h30

A Distribuição da Riqueza no Brasil.

Palestrante:

Econ. Marcio Pochmann – UNICAMP

11 DE SETEMBRO

08h45

Políticas públicas e impactos na distribuição de renda.

Palestrante:

Soc. Clemente Ganz Lúcio - DIEESE

10h45

Sociedade Brasileira de Economia Política - A Visão da SEP sobre a Distribuição da Riqueza e a sua importância para o Crescimento da Economia.

Palestrante:

Econ. João Ildebrando Bocchi - PUC SP

14h00

A Visão do Pensamento Liberal sobre a Distribuição da Riqueza.

Palestrante:

Econ. Mário Ramos Ribeiro – UFPA

EMPREGO, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E A “EUTANÁSIA DO RENTISTA” EM KEYNES

No capítulo 24 da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (doravante Teoria Geral), John Maynard Keynes afirmou que as duas principais falhas do sistema econômico da sua época (as quais certamente continuam sendo as falhas dos sistemas econômicos modernos) eram a sua incapacidade de proporcionar o pleno emprego para os fatores de produção – notadamente o trabalho – e a extrema desigualdade na distribuição de renda e de riqueza. Essa desigualdade, por sua vez, não é apenas um problema ético ou moral do capitalismo, mas pode atuar também como um dos fatores que reforçam a tendência intrínseca do sistema ao

equilíbrio com desemprego da força de trabalho. Dessa forma, políticas econômicas que visem à redução da desigualdade da distribuição de renda também poderiam atuar no sentido de elevar o nível de emprego e de utilização dos recursos produtivos da economia.

A principal inovação trazida por Keynes na sua Teoria Geral foi o Princípio da Demanda Efetiva segundo o qual o nível de emprego da economia como um todo é determinado no ponto em que a curva de demanda agregada – que relaciona as receitas que os empresários esperam obter com a venda no mercado da produção resultante do nível de em-

prego por eles oferecido – se intercepta com a curva de oferta agregada – que relaciona o nível de emprego com a receita mínima que os empresários desejam obter com a venda no mercado da produção correspondente ao mesmo. Esse ponto de intercessão foi denominado por Keynes de ponto de demanda efetiva. Supondo que as expectativas dos empresários sejam realizadas, ou seja, que os empresários acertam o ponto de demanda efetiva, então o nível de emprego terá sido determinado pelo volume efetivamente realizado de vendas, as quais correspondem – numa economia fechada e sem governo – à soma entre consumo e investimento.



JOSÉ LUIS OREIRO

Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pesquisador Nível IB do CNPq e Presidente da Associação Keynesiana Brasileira. E-mail: jose.oreiro@ie.ufrj.br. Página pessoal: www.joseluisoreiro.com.br.

Para Keynes os gastos de consumo obedecem a uma “lei psicológica fundamental” segundo a qual à medida que a renda aumenta, o consumo aumenta, mas em menor proporção. Essa relação entre consumo e renda foi denominada por Keynes de “propensão a consumir”. Essa, por sua vez, depende de uma série de fatores objetivos (distribuição de renda, taxa de juros, variações imprevistas na riqueza dos agentes, estrutura tributária etc.) e subjetivos (impaciência intertemporal, precaução contra imprevistos, deixar heranças para os filhos etc.). O investimento, por sua vez, depende do “estado de expectativas de longo-período”, as quais definem a escala de eficiência marginal do capital – a qual é definida como a taxa de desconto que iguala o fluxo de caixa esperada de um projeto de investimento com o preço de oferta do equipamento de capital recentemente produzido – e da taxa de juros. A taxa de juros, por sua vez, depende da preferência pela liquidez dos agentes econômicos – a qual reflete o grau de desconfiança que os mesmos têm com relação às suas próprias previsões, fruto da incerteza que circunda o processo de tomada de decisão numa economia capitalista – e da política monetária, a qual define a quantidade de moeda existente na economia num dado ponto do tempo.

O argumento de Keynes a respeito da tendência das economias capitalistas a operar com desemprego involuntário da força de trabalho

se baseia na ideia de que dados os parâmetros do modelo de determinação do nível de emprego da economia como um todo, ou seja, dados a propensão a consumir, o estado de expectativas de longo-período, a preferência pela liquidez e a política monetária – não há nenhuma razão pela qual se deva esperar que a curva de demanda agregada se intercepte com a curva de oferta agregada exatamente no ponto que corresponde ao pleno emprego da força de trabalho. Dessa forma, o pleno emprego será apenas uma posição de equilíbrio entre muitas possíveis, todas as demais n-1 posições de equilíbrio serão caracterizadas pelo desemprego (involuntário) da força de trabalho.

Quanto maior for a desigualdade na distribuição de renda, menor será a propensão a consumir, fazendo com que a intercessão entre as curvas de demanda e de oferta agregada se dê num nível de emprego mais baixo do que poderia ocorrer caso a renda fosse melhor distribuída

De que forma a desigualdade na distribuição de renda pode atuar no sentido de aumentar a propensão do sistema a operar com desemprego da força de trabalho? Para responder a essa pergunta temos que analisar

mais detalhadamente os determinantes da propensão a consumir.

Segundo Keynes a distribuição de renda e de riqueza afeta a magnitude da propensão a consumir, uma vez que as famílias com maior renda tenderiam a gastar uma proporção menor de qualquer acréscimo de renda do que as famílias com renda mais baixa. Dessa forma, se a renda estiver muito concentrada nas mãos dos indivíduos e das famílias mais ricos, a propensão a consumir será mais baixa comparativamente a uma situação onde a renda estivesse menos concentrada. Daqui se segue, portanto, que quanto maior for a desigualdade na distribuição de renda, menor será, *ceteris paribus*, a propensão a consumir, fazendo com que a intercessão entre as curvas de demanda e de oferta agregada se dê num nível de emprego mais baixo do que poderia ocorrer caso a renda fosse melhor distribuída.

Aqui cabe uma observação importante a respeito do tipo de desigualdade na distribuição de renda que preocupava o autor da Teoria Geral. Para Keynes, a distribuição funcional da renda entre salários e lucros não era particularmente relevante para a determinação da magnitude da propensão a consumir (Carvalho, 1991). Em outras palavras, não é a fonte de renda (se salários ou lucros), mas a sua magnitude, que influencia a propensão a consumir. Daqui se segue, portanto, que o foco de atenção deve ser a distribuição pessoal da renda.



Se a taxa de juros cair a um nível muito baixo e permanecer nesse patamar por um período suficientemente longo de tal forma que não seja mais lucrativa qualquer construção de equipamento de capital, mesmo a taxas de juros muito baixas; então eu direi que os fatos apontam para a necessidade de mudanças sociais drásticas direcionadas ao aumento do consumo

John Maynard Keynes

Face a essas considerações qual deve ser a política que o governo deve adotar para proporcionar o pleno emprego da força de trabalho? A partir do modelo teórico apresentado na Teoria Geral, podemos observar que as políticas de estímulo ao aumento do nível de emprego podem ser divididas em duas categorias, a saber: (i) políticas que visam o aumento da propensão a consumir; (ii) políticas que visem o aumento do incentivo a investir.

O aumento da propensão a consumir pode ser obtido por intermédio de mudanças na distribuição de renda que sejam induzidas por intermédio da taxa direta, parti-

cularmente pelo imposto de renda (progressivo) e pelo imposto sobre heranças. Mas esse não era o curso de ação preferido por Keynes. Num artigo escrito em 1934, Keynes afirma que o ajuste da propensão a consumir por intermédio da taxa direta sobre as classes mais abundantes deve ser feito apenas após o esgotamento de todas as oportunidades lucrativas de investimento em capital físico decorrentes da redução da taxa de juros para patamares muito baixos. Nas suas palavras:

“Se a taxa de juros cair a um nível muito baixo e permanecer nesse patamar por um período suficientemente longo de tal

forma que não seja mais lucrativa qualquer construção de equipamento de capital, mesmo a taxas de juros muito baixas; então eu direi que os fatos apontam para a necessidade de mudanças sociais drásticas direcionadas ao aumento do consumo. Pois nesse caso ficará claro que teremos o maior estoque de capital que poderemos empregar de forma útil” (1934, p.491) [Tradução nossa].

A política de estímulo à geração de demanda efetiva e criação de empregos preferida por Keynes era, portanto, a redução da taxa de juros até o assim chamado nível neutro,

ou seja, o nível da taxa de juros que, dada a propensão a consumir, seria compatível com o pleno emprego da força de trabalho. Keynes acreditava que em função da incerteza inerente ao processo de tomada de decisão numa economia capitalista, a preferência pela liquidez dos agentes econômicos definiria um valor para a taxa de juros que seria mais alto do que aquele compatível com o pleno emprego. Nas suas palavras:

“Qualquer taxa de juros aceita com suficiente convicção como provavelmente duradoura será duradoura; sujeita, naturalmente, em uma sociedade em mudança a flutuações originadas por diversos motivos, em torno do nível normal esperado. Em particular, quando M1 aumenta mais depressa que M, a taxa de juros subirá

e vice-versa. Mas pode flutuar durante décadas ao redor de um nível cronicamente elevado demais para permitir o pleno emprego” (Keynes, 1936, p.204) [Tradução nossa].

Para Keynes, a distribuição funcional da renda entre salários e lucros não era particularmente relevante para a determinação da magnitude da propensão a consumir

Keynes acreditava que a redução da taxa de juros até o nível neutro não apenas poderia manter a economia funcionando num estado bastante próximo ao pleno-emprego ao

longo do tempo como ainda poderia levar à “eutanasia do rentista” no longo-prazo. Com efeito, o capital proporciona uma remuneração positiva para os seus donos unicamente por ser “escasso”, ou seja, por existir em quantidade insuficiente com respeito ao tamanho do mercado. Na medida em que o estoque de capital aumenta em função dos efeitos cumulativos dos investimentos em capital fixo, ocorre uma redução gradual das margens de lucro em função da saturação crescente da demanda pela produção resultante desse equipamento de capital. Isso produz uma redução paulatina da eficiência marginal do capital, fazendo com que o número de projetos de investimento cuja rentabilidade esperada é maior do que a taxa de juros seja cada vez menor. Eventualmente, todos os projetos



de investimento cuja rentabilidade esperada seja igual ou superior ao valor neutro da taxa de juros irão se esgotar, fazendo com que a manutenção do pleno emprego só seja possível, a partir desse ponto, por intermédio do aumento da propensão a consumir.

Para que o processo descrito acima leve à “eutanasia do rentista”, contudo, não basta que a taxa de juros seja mantida por um período suficientemente longo de tempo num

nível igual ao neutro. Além disso, é necessário também que o valor da taxa de juros neutra seja próximo de zero. Nessas condições, a fração da renda nacional que será apropriada na forma de juros tenderá a zero e o rentismo terá se mostrado uma fase puramente temporária no capitalismo. Para que a taxa de juros neutra seja próxima de zero, a propensão a consumir, por seu turno, deve ser razoavelmente baixa. Essa condição era quase certamente atendida na década de 1930 do século passado, em

função da desigualdade existente na distribuição de renda e de riqueza. O avanço do “Estado do Bem-Estar Social” nos países desenvolvidos no pós-segunda guerra, no entanto, se encarregou de aumentar o valor da propensão a consumir, aumentando assim o valor da taxa de juros neutra. Dessa forma, a inversão do *timing* de adoção das políticas de estímulo à criação de emprego propostas por Keynes acabou por impedir a realização da sua profecia a respeito da “eutanasia do rentista”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Carvalho, F.C. (1991). “Distribuição de Renda, Demanda Efetiva e Acumulação”. Revista de Economia Política, Vol. 11, N.3.
- Keynes, J.M. (1934). “Poverty in Plenty: is the Economic System Self-Adjusting?” In: Moggridge, D (org). Collected Writings of John Maynard Keynes, Volume XIII. Macmillan: Londres.
- Keynes, J.M. (1936). The General Theory of Employment, Interest and Money. Macmillan: Londres.

Artigo
João Ildebrando
Bocchi

DESIGUALDADE E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL:

A VISÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA (SEP)

A questão da produção e da distribuição da renda é parte constitutiva da economia política clássica dos séculos XVIII e XIX. A crítica radical de Marx à economia política centra-se nos fundamentos teóricos da produção da renda e riqueza, bem como da sua distribuição. Ao longo dos séculos XIX e XX surgem um sem número de propostas redistributivistas, das mais reformistas ou utópicas às mais revolucionárias.

No caso brasileiro, a questão passa a fazer parte da agenda econômica do país a partir dos anos 1960/70, quando constata-se o agravamento do processo de concentração de renda. Recentemente, nos governos FHC e, mais intensamente, nos governos Lula, ocorre uma redução considerável consistente do Índice de Gini, que mede o grau da concentração de renda. Este artigo analisa brevemente esse processo.

Marx, a partir da teoria do valor-trabalho, faz a análise radical da economia política e do capitalismo, estabelecendo as leis fundamentais desse modo de produção. A questão dos salários receberá especial atenção. Marx fará a crítica a conceitos anti-científicos como a tese do fundo de salários, a lei de bronze dos salários, estabelecendo categorias fundamentais como o caráter histórico do custo de reprodução da força de trabalho e o exército industrial de reserva.

JOÃO ILDEBRANDO BOCCHI

Professor Titular do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)





Essas afirmações de Marx geraram polêmicas até os dias de hoje, considerando o aumento do padrão de vida da população dos países desenvolvidos, afastando o cenário catastrófico previsto. Já no tempo de Marx e Engels os conflitos e revoltas quase permanentes começam a mudar essa situação pelo menos para a chamada elite operária. Em termos de Marx, conforme a extração de mais-valia passa de absoluta a relativa, mesmo aumentando a taxa de exploração, é possível a modificação daquela situação dantesca.

Por outro lado, as próprias crises econômicas, como a Grande Depressão de 1929, vão resultar no aumento da importância do consumo operário como garantia da demanda efetiva. Mas esse é um processo essencialmente político, em que não há automatismos. O avanço do processo político liderado pelos sindicatos e partidos operários revolucionários e reformistas, e mesmo por forças sociais como a própria Igreja Católica (ver a encíclica *Rerum Novarum* de 1891), irá alterar a forma histórica de reprodução da classe trabalhadora.

Segundo as extrapolações mecânicas das trajetórias de desenvolvimento dos países capitalistas, estes seriam também os caminhos a serem percorridos pelos países não desenvolvidos. O aumento do processo de concentração da renda, possibilitando o incremento do processo de acumulação do capital, permitiria em um segundo e incerto momento a reversão desse processo com a redução da desigualdade. Esta era a discussão nos anos 1960/70 no Brasil (OLIVEIRA, 1977). O país já teria atingido uma renda compatível com a apresentada pelos países desenvolvidos quando ocorre a reversão da concentração de renda conforme analisado por Kuznets. Os dados mostraram que esse automatismo não se verificava. Ao contrário, era exatamente o processo de concentração da renda, em um período de exceção política que reprimia as atividades sindicais e políticas, que possibilitava o aumento da taxa de exploração e a produção dos fundos para a aceleração da acumulação capitalista.

FHC inicia o processo de aumento

do valor real do salário mínimo, mas será nos anos Lula que haverá um forte e consistente aumento real. Isso provoca a melhora na distribuição pessoal da renda e a redução do Índice de Gini (IG). Segundo o IPEA, o IG teria caído de 0,580 em 1992 para 0,527 em 2012. Essa redução da desigualdade deve-se principalmente ao comportamento dos salários, em segundo lugar aos rendimentos previdenciários, fortemente correlacionados com o salário-mínimo, e, por último ao programa Bolsa Família (IPEA, Comunicados N. 159, 2013). Evidentemente, o comportamento dos salários depende do nível de emprego (KALECKI, 1977) e do valor do salário mínimo real. Segundo a PME/IBGE a taxa de desemprego no país caiu de 12% em 2003 para 5% em 2013. Para o DIEESE/SEADE o desemprego na Grande São Paulo caiu de 20% para 10% nesse mesmo período. O salário mínimo real aumentou de R\$ 334,00 no ano 2000 para R\$ 678,00 em 2013. O rendimento médio habitual sofreu uma queda média de 6,8% no período 2001/5 e um aumento real médio

de 3% no período 2006/13. Segundo o DIEESE/SEADE os acordos sindicais com aumentos reais de salários chegaram a 24% no período 2002/3 e a 90% entre 2010/13. Esses dados mostram um claro aumento do poder de barganha dos trabalhadores. Mas esta é uma questão que ainda não se transformou em política de Estado, resultando na estabilização desse processo no final do primeiro mandato de Dilma Rousseff. O rápido aumento do desemprego com o avanço da recessão poderá ameaçar o processo de redução da desigualdade medido pelo IG.

Estudos como o de BASTOS (2012) e de CONSIDERA e PESSOA (2011) mostram uma redução da concentração funcional da renda no período 2004/2008. A tese de HALLAK NETO (2013) constata o aumento da remuneração dos assalariados entre 2004 a 2009. Por outro lado, um trabalho recente de MEDEIROS, SOUZA e CASTRO (2014) que utiliza dados da PNAD e do IRPF (Receita Federal) aponta a estabilidade da desigualdade de renda no Brasil no período 2006 a 2012,

e constata um Índice de Gini superior aos obtidos considerando-se apenas os dados da PNAD. Para Medeiros et. al. os IG calculados para 2006, 2009 e 2012 são, respectivamente, 0,696, 0,698 e 0,690, ou seja, apresentam um pequeno aumento seguido de queda. Essa situação deve-se ao fato de quase metade da renda no país estar concentrada nos 5% mais ricos e um quarto no 1% mais rico. O milésimo mais rico, como constata Piketty para os países desenvolvidos, acumula mais renda que toda a metade mais pobre da população. Ainda segundo Medeiros et. al., embora a renda tenha crescido ao longo desses anos, apenas um décimo do crescimento foi para a população mais pobre. Metade do crescimento coube aos 5% mais ricos e 28% ao 1% mais rico.

Nessa linha de crítica mais contundente, situa-se a posição de GONÇALVES (2014), analisando o chamado modelo liberal-periférico implantado nos governos Fernando Henrique Cardoso e consolidado nos governos Lula. Segundo ele o salário real médio aumentou tão somente 10% no período

do 2001/12, sendo o aumento do consumo dos assalariados sustentado pelo endividamento das famílias.

O processo redistributivo depende da velocidade do processo de acumulação, do nível emprego e de políticas públicas, como a fixação do nível do salário mínimo

Para Marx, a questão distributiva e a luta sindical e política fazem parte da vida cotidiana dos assalariados. Ao longo do século XX essa questão adquire importância cada vez maior, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista da garantia de uma demanda fundamental para a continuidade da reprodução capitalista. Assim foi do pós-II Guerra até o início da década de 1970, o chamado

período fordista. Nas décadas seguintes haverá uma reversão do processo redistributivo devido ao predomínio do neoliberalismo e da dominação financeira. No Brasil, o processo histórico da concentração de renda se acelera no período da alta inflação e sofre

uma diminuição a partir do Plano Real, especialmente nos governos Lula, e sofre uma estabilização no governo Dilma Rousseff. Estes resultados reforçam a posição de que o processo redistributivo depende da velocidade do processo de acumulação, do nível de emprego

e de políticas públicas, como a fixação do nível do salário mínimo. Conclusivamente, o mercado por si só não garante a redistribuição da renda. Trata-se de um processo que requer obrigatoriamente a redistribuição do poder econômico e político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BASTOS, E. K. X. Distribuição Funcional da Renda no Brasil: Estimativas anuais e Construção de uma Série Trimestral. IPEA, Texto para Discussão 1702, 2012.
- CHESNAIS, F. (Org.). A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CONSIDERA, C. M. e PESSOA, S. DE A. A Distribuição Funcional da renda no Brasil: 1959-2008. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia, Textos para Discussão 277, 2011.
- GONÇALVES, R. Balanço Crítico da Economia Brasileira nos Governos do Partido dos Trabalhadores. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. São Paulo, N. 37, p. 7-39, janeiro de 2014.
- HALLAK NETO, J. A Distribuição Funcional da Renda e a Economia Não Observada no Âmbito do Sistema de Contas Nacionais do Brasil. Rio de Janeiro, 2013. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, UFRJ).
- IPEA. Comunicados do IPEA nº 159. Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela PNAD/IBGE, 2013.
- KALECKI, M. Os Aspectos Políticos do Pleno Emprego. In KALECKI, M. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: HUCITEC, 1977.
- _____ Luta de Classe e Distribuição da Renda Nacional. In KALECKI, M. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: HUCITEC, 1977.
- MARQUES, R. M. e LEITE, M. G. Notas críticas sobre O Capital no Século XXI de Thomas Piketty. XX Encontro Nacional de Economia, Foz do Iguaçu, 2015.
- MARX, K. Para a Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____ Salário, Preço e Lucro. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____ O Capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MEDEIROS, M., SOUZA, P. H. G. F. e CASTRO, F. A. A Estabilidade da Desigualdade da Renda no Brasil, 2006 a 2012: Estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares, 2014. www.cienciasaudecoletiva.com.br/artigos/artigo_int.php?id_artigo=15020
- OLIVEIRA, F. de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. São Paulo: 3. e. Seleções CEBRAP 1, 1977.

Artigo
Marcio Pochmann

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL¹

A livre evolução das forças de mercado aponta, historicamente, para a concentração da renda e riqueza. Pela mão do Estado, a intervenção sobre a dinâmica capitalista permite produzir resultados distintos, dependendo da correlação de forças políticas capaz de reverter a trajetória distributiva centralizadora na forma de ações institucionais que desloquem fluxos de renda apropriados por proprietários e segmentos privilegiados da sociedade para as classes do trabalho.

De acordo com a atual literatura internacional especializada, países capitalistas avançados que até pouco tempo eram referência em termos de trajetórias distributivas menos con-

centradoras voltaram a se conectar com o passado perverso. Ou seja, o retorno dos indicadores alarmantes da crescente pobreza e da piora na repartição da renda em decorrência das políticas neoliberais².

O Brasil, por outro lado, segue perspectiva distinta desde 2003 quando abandonou o receituário neoliberal e passou a reduzir simultaneamente a pobreza e a desigualdade de renda. Esse positivo movimento se mostra específico na comparação com os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) que não conseguem combinar a redução da pobreza com a diminuição na desigualdade de renda.

Já os países do continente americano que conseguiram realizar mudan-

ças constitucionais progressistas, por meio da formação de maiorias políticas avançadas (Bolívia e Equador), apresentam desempenho superior em termos do rebaixamento conjunto na pobreza e na concentração da renda. No caso de nações da região que prosseguem aliadas às políticas neoliberais (Colômbia e México), a performance brasileira tem sido bem melhor.

Diante disso que o presente artigo procura identificar as distintas trajetórias distributivas no Brasil desde 1960, quando o IBGE passou a pesquisar a renda da população. Na sequência busca-se descrever o recente deslocamento no fluxo da renda a partir dos anos 2000, capaz de explicar a queda tanto na pobreza como na desigualdade no País.

1. Este artigo expressa parcialmente reflexão mais abrangente sobre o tema. Ver mais: POCHMANN, M. (2015) Desigualdade econômica no Brasil. São Paulo: Editora Ideia e Letras.
2. Ver, a respeito: OXFAN (2014) Working for few. Londres; ILO (2014) Global Employment Trends. Genebra; PIKETTY, T. (2014) Capital in the Twenty-First Century : Cambridge: HUP.



MARCIO POCHMANN

Professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos da Universidade Estadual de Campinas.

DIREÇÕES DISTRIBUTIVAS

Nas últimas cinco décadas, a distribuição na renda do trabalho no Brasil apresentou três direções distintas, em conformidade com as estatísticas oficiais. A primeira ocorreu entre os anos de 1960 e 1980 com a diminuição no peso relativo do rendimento do trabalho na renda nacional em 11,7% e a piora da desi-

gualdade na distribuição pessoal da renda em quase 22%.

A segunda direção distributiva aconteceu entre os anos de 1981 e 2003, quando a participação do rendimento do trabalho na renda nacional acumulou prejuízo de 23%. Ao mesmo tempo, a desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho permaneceu praticamente

inalterada, com a queda média anual de 0,1%.

Por fim, a terceira direção distributiva que se encontra em curso desde 2004 com a elevação na participação do rendimento do trabalho na renda nacional em 21,2%. Em relação à desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho constata-se a diminuição em de 12,3%.

MUDANÇA RECENTE NOS FLUXOS DA RENDA

Na primeira década do século 21, o deslocamento no fluxo de renda expressou tanto a contenção dos ganhos financeiros (rentismo) como o crescimento do rendimento do trabalho acima da expansão da renda nacional. A deflação dos ganhos financeiros sustentados pela transferência de recursos públicos enquanto proporção da renda nacional resultou da inversão de prioridades por parte das políticas governamentais.

Para que ocorresse a redução relativa das transferências de recursos públicos aos proprietários de aplicações financeiras foi necessário o reposicionamento do governo federal em relação ao endividamento do setor público herdado em 2003. Inicialmente, ressalta-se o encerramento da longa fase dos repasses de parcela do excedente econômico gerado pelo País ao exterior, por meio da

resolução da dívida externa durante o Governo Lula.

Recorda-se que a partir da crise da dívida externa, logo no início da década de 1980, o Brasil passou a transferir parte anual da renda interna aos credores externos. Por força da política econômica de ajuste exportador, o País conseguiu deslocar cerca de 4% do PIB como média ao ano, para o exterior.

Essa quantia chegou a ser maior em alguns anos, como na crise financeira de 1998 que levou o Brasil a solicitar novamente um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para evitar a quebra da economia nacional. Mas a partir dos anos 2000, o Brasil transitou da condição de devedor para a de credor do FMI, tendo resolvido o problema da dívida externa que implicava deslocar

parcela dos fluxos de renda interna gerada ao exterior.

Na sequência, ressalta-se a contenção do processo de deslocamento no fluxo da renda interno para o processo de financeirização da economia brasileira. Isso porque na década de 1980, por exemplo, as transferências dos recursos públicos para os detentores das aplicações financeiras ocorriam por meio das altas taxas de inflação e acompanhadas da ampla indexação financeira.

Assim, a dívida pública interna, que era responsável pelo deslocamento de recursos públicos para os segmentos com posse de títulos financeiros, aumentou de 29,7% do PIB, em 1981, para 57,6%, em 1984. Em 1994, a dimensão da dívida líquida do setor público representava 30,9% do PIB.

Com o fim da fase de superinflação, a partir de 1994, o endividamento do setor público voltou a crescer, chegando a atingir 55,5% do PIB em 2002. Além disso, o predomínio das políticas neoliberais nos anos de 1990 levou ao aumento da carga tributária e à venda de parte do patrimônio produtivo estatal ao setor privado.

O deslocamento no fluxo de renda interna ao rentismo se apresentou contínuo, tendo o pagamento dos juros da dívida pública alcançado a 14,2% do Produto Interno Bruto em 2002. Na média do período de 1995 a 2002, o Estado transferiu anualmente em média cerca de 9% do PIB para os detentores da dívida pública brasileira. Em 8 anos, a quantidade de recursos públicos transferida acumuladamente ao rentismo equivaleu a 70% PIB de 2002.

O abandono da política neoliberal desde 2003 implicou a reversão gradual do volume de recursos deslocado do setor público ao rentismo. Por meio da substancial diminuição da dívida pública, acompanhada do alongamento nos prazos dos títulos do endividamento, da recomposição de seus indexadores e do rebaixamento da taxa de juros, a economia no pagamento dos juros se fez presente.

No ano de 2013, por exemplo, a quantidade de recursos comprometida com o pagamento dos juros da

dívida pública foi de 5,7% do PIB, o que equivaleu a apenas 40,1% do que havia sido transferido para o rentismo em 2002. Contribuiu para isso a redução relativa da dívida pública em 40%, uma vez que passou de quase 60% do PIB, em 2002, para menos de 35% do PIB, em 2013.

O processo redistributivo depende da velocidade do processo de acumulação, do nível emprego e de políticas públicas, como a fixação do nível do salário mínimo

No ano de 1980, quando o processo de financeirização de riqueza ainda não havia se instalado no Brasil, o pagamento de juros da dívida com recursos públicos representava menos de 2% do PIB ao ano. Naquele ano, a dívida pública equivalia a apenas ¼ do PIB.

Em síntese, a contenção do fluxo de renda gerado para as aplicações financeiras a partir de recursos públicos equivaleu à economia de cerca de 5 a 6 pontos percentuais do PIB na comparação dos anos 2000 com a década de 1990.

De todo o modo, a interrupção do neoliberalismo no Brasil permitiu a

poupança do setor público em torno de 8,5% do PIB se comparado os gastos com despesas financeiras entre o ano de 2013 e o de 2002. Com o esvaziamento dos recursos públicos transferidos ao rentismo, novas oportunidades de realocação de parcela do fluxo da renda nacional foram abertas para os investimentos públicos, as políticas sociais e as garantias de renda aos segmentos periferentes à base da pirâmide social.

Em função disso, a massa de rendimentos do trabalho cresceu acima da expansão do PIB nos anos 2000, o que apontou para a inflexão da trajetória de parcela da renda nacional tradicionalmente apropriada pelos proprietários (renda da terra, lucros, juros e aluguéis). Nos segmentos de baixa renda na curva de distribuição dos rendimentos individuais dos brasileiros entre 2011 e 2001.

Nos termos da distribuição do rendimento monetário auferido pela população brasileira em 2011, constata-se que a faixa de remuneração situada entre 150 e 600 reais mensais foi a que mais se distanciou da curva da distribuição do ano de 2001. Em grande medida, este estrato de rendimento expressa o impacto dos aumentos no valor do salário mínimo nacional, assim como das políticas sociais de garantia de renda aos inativos beneficiados pela previdência social.



SISTEMA FINANCEIRO E O DESENVOLVIMENTO

Um debate fundamental pede passagem: a esterilização dos recursos do País através do sistema de intermediação financeira, que drena em volumes impressionantes recursos que deveriam servir ao fomento produtivo e ao desenvolvimento econômico. Os números são bastante claros e conhecidos, e basta juntá-los para entender o impacto.

A conta é simples. O crédito no País representa cerca de 60% do

PIB. Sobre este estoque incidem juros, apropriados por intermediários financeiros. Analisar esta massa de recursos na sua origem e destino é, portanto, fundamental. É bom lembrar que o banco é uma atividade-meio, a sua produtividade depende de quanto repassa para o ciclo econômico real, não de quanto dele retira sob forma de lucros e aplicações financeiras. Em geral as pesquisas não cruzam os crediários comerciais e os custos do cartão de crédito com as diversas atividades bancárias for-

mais e os ganhos sobre a dívida pública, e muito menos ainda com os fluxos de evasão para fora do País: ou seja, não se estuda o fluxo financeiro integrado. Aqui simplesmente foram juntadas as peças, conhecidas, para evidenciar a engrenagem completa. O principal entrave ao desenvolvimento do País aparece com força. O reajuste financeiro é vital, não o reajuste fiscal proposto, compreensível este último mais por razões de equilíbrios políticos do que por razões econômicas.

Também se destaca que a ampliação na quantidade e nos valores reais dos benefícios pagos pelos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, se mostrou determinante para o deslocamento da curva da distribuição da população nos menores rendimentos entre os anos de 2011 e 2001.

Por força da geração de mais de 20 milhões de novas ocupações ao longo dos anos de 2000, sendo 90% delas com remuneração de até 2 salários mínimos, passou a se conformar o novo proletariado brasileiro que expressa o movimento do deslocamento de parte do fluxo de renda para os trabalhadores. Em outras

palavras, o crescimento da massa de rendimento do trabalho acima da renda nacional convergiu para que o segmento que responde entre 6% a 38% dos brasileiros mais pobres no conjunto da população pudesse ascender econômica e socialmente.

Em função disso, ressalta-se que o sucesso recente do Brasil no enfrentamento da pobreza e desigualdade de renda refere-se à mudança na trajetória distributiva herdada até o ano de 2002. Para que isso viesse a ocorrer, foi necessário alterar o deslocamento de renda anteriormente concentrado na transferência de parcela dos recursos públicos para o rentismo e no esvaziamento das políticas de apoio à massa

dos rendimentos dos trabalhadores.

Desde 2003, todavia, o processo de inversão de prioridades passou a ocorrer. Com isso, houve menor deslocamento de recursos públicos ao rentismo, bem como o estabelecimento de novas políticas de renda acrescido ao apoio para as classes trabalhadoras na forma de emprego em profusão e elevação da renda na base da pirâmide social.

Ainda pode haver muito mais o que fazer em termos de combate à má repartição de renda, bem como ao processo de inclusão social. Mesmo assim, o que já foi feito se apresenta com resultados inegáveis e de difícil comparação histórica.



LADISLAU DOWBOR

Professor titular de economia e administração da PUC-SP, consultor de várias agências da ONU e autor de numerosos livros e estudos técnicos disponíveis em Creative Commons em dowbor.org; contato Ladislau@dowbor.org

Alguns exemplos para entender a dinâmica, antes de entrar no detalhe. Os crediários, segundo a Anefac (Associação de Nacional de Executivos de Economia, Finanças, Administração e Contábeis), cobram, por exemplo, 104% para “artigos do lar” comprados a prazo. Acrescentam-se os 238% do rotativo no cartão e os mais de 200% no cheque drenados para intermediários financeiros, esterilizando a dinamização da economia pelo lado da demanda. O juro bancário para pessoa física, em que pese o crédito consignado, que na faixa de 25 a 30% ainda é escorçante, mas utilizado em menos de um terço dos créditos, é da ordem de 103% segundo a Anefac. Na França,

na Banque Postale, o crédito ao consumidor é de 3,5% ao ano. Na rede MidiaMarkt de utilidades domésticas, o crédito comercial cobra 13% de juros.

A população no Brasil, ao pagar o dobro do valor do produto só em juros, se endivida muito para comprar pouco no volume final. A prestação que cabe no bolso pesa no bolso durante muito tempo. O efeito demanda é travado. A parte da renda familiar que vai para o pagamento das dívidas, segundo o Banco Central, passou de 19,3% em 2005 para 46,5% em 2015: ninguém entra em novas compras com este dreno. Os bancos e outros intermediários financeiros demoraram pouco para aprender a

drenar o aumento da capacidade de compra do andar de baixo da economia, esterilizando em grande parte o processo redistributivo e a dinâmica de crescimento.

Efeito semelhante é encontrado no lado do investimento, da expansão da máquina produtiva, pois se no ciclo de reprodução o grosso do lucro vai para intermediários financeiros, a capacidade do produtor expandir a produção é pequena, acumulando-se os efeitos do travamento da demanda e da fragilização da capacidade de reinvestimento. Quanto ao financiamento bancário, os juros para pessoa jurídica são proibitivos, da ordem de 25% a 50% segundo a Anefac, e criar uma empresa nestas condições não

é viável. Existem linhas de crédito oficiais, mas compensam em parte apenas a apropriação dos resultados pelos intermediários financeiros.

Terceiro item da engrenagem: a taxa Selic. Com um PIB de 5,5 trilhões, um por cento do PIB representa 55 bilhões. Se o gasto com a dívida pública atinge 5% do PIB, são mais de 250 bilhões dos nossos impostos transferidos, essencialmente para os grupos financeiros, a cada ano. Com isso se esteriliza parte muito significativa da capacidade do governo de financiar mais infraestruturas e políticas sociais. Além disso, a Selic elevada desestimula o investimento produtivo nas empresas, pois é mais fácil – risco zero, liquidez total – ganhar com títulos da dívida pública. E para os bancos e outros intermediários, é mais simples ganhar com a dívida do que fomentar a economia buscando bons projetos produtivos, o que exige identificar clientes e projetos produtivos, analisar e seguir as linhas de crédito, ou seja, fazer a lição de casa. Os fortes lucros gerados na intermediação financeira terminam contaminando o conjunto dos agentes econômicos.

Assim, entende-se que os lucros declarados dos intermediários financeiros avancem tanto (aumentos da ordem de 25% a 30% entre 2013 e 2014) quando o PIB permanece em torno de 1%. E fica mais claro porque

o PIB pode estar estagnado enquanto o desemprego é um dos menores da nossa história: o país trabalha, mas os resultados são drenados pelos crediários, pelos juros bancários para pessoa física, pelos juros para pessoa jurídica e pela alta taxa Selic. Além, naturalmente, dos drenos para o exterior. É a dimensão brasileira da financeirização mundial.

Os bancos e outros intermediários financeiros demoraram pouco para aprender a drenar o aumento da capacidade de compra do andar de baixo da economia, esterilizando em grande parte o processo redistributivo e a dinâmica de crescimento

Fechando a ciranda, temos a evasão fiscal. Com a crise mundial surgem os dados dos paraísos fiscais, na faixa de 20 trilhões de dólares segundo a *Economist*, para um PIB mundial de 70 trilhões. O Brasil participa com um estoque da ordem de 520 bilhões de dólares, cerca de 28% do nosso PIB. Ou seja, estes recursos que deveriam ser reinvestidos no fomento da economia, não só são desviados para a especulação financeira,

como nem sequer pagam os impostos no nível devido. Já saíram, por exemplo, os dados do Itaú e do Bradesco em Luxemburgo, bem como do *mispricing* (fraude nas notas fiscais) que nos custa 100 bilhões/ano (são 2% do PIB que “vazam”), enviados ilegalmente para o exterior, segundo pesquisa do Global Financial Integrity, além dos fluxos canalizados pelos HSBC e outros bancos.

Junte-se a isto o fato dos nossos impostos serem centrados nos tributos indiretos (56% da arrecadação), com os pobres pagando proporcionalmente mais tributos do que os ricos, e temos o tamanho do desajuste. De certa forma, temos aqui o espelho do que Piketty analisa para os países desenvolvidos. O artigo completo (veja o link no final) constitui uma sistematização do mecanismo, apresentado de uma forma que qualquer não economista possa entender. E trata-se do bolso de todos nós. As contas batem. Os dados são conhecidos, aqui se mostra como se articulam. Mais do que uma opinião, o texto completo constitui um relatório sobre como a engrenagem foi montada, e como pode ser redirecionada. Uma ferramenta que espero seja útil para nos direcionarmos, pois precisamos de muito mais gente que se dê conta de como funciona o nosso principal entrave. Não há PIB que possa avançar com tantos recursos desviados.



A compreensão desta estranha crise, que claramente não é para todos, já está entrando na mídia, como vemos nesta nota de Ruth Costas, da BBC: “O Itaú teve ainda um aumento de seu lucro de 30,2% em 2014 – registrando o maior lucro da história dos bancos brasileiros de capital aberto segundo a Economática (R\$ 20,6 bilhões). O lucro do Bradesco também se expandiu bastante – 25,6%. E isso em um momento em que consultorias econômicas estimam um crescimento próximo de zero para o PIB de 2014. Diante desses números, não é de se estranhar que dos 54 bilionários brasileiros citados no último levantamento da revista Forbes, 13 estejam ligados ao setor bancário.” (Costas, 2015)

O problema portanto não é só de um “ajuste fiscal”, e sim de um ajuste fiscal-financeiro mais amplo. Tanto o consumidor, como o empresário-produtor e o Estado na

sua qualidade de provedor de infra-estruturas e de políticas sociais, têm tudo a ganhar com isto. Um empresário me disse que estava gastando mais com juros do que com a folha de pagamento. Não existe “jurômetro”? Aqui temos até interesses comuns entre empresários efetivamente produtivos, situados na economia real, e os trabalhadores que querem se tornar mais produtivos e ganhar melhor. Não é mais possível não vermos o papel dos atravessadores que travam a economia.

Não se trata aqui de simples crítica. A máquina que desenvolvemos, com milhares de agências, bons técnicos na área financeira, boas infra-estruturas informáticas e softwares correspondentes, redes comerciais sofisticadas, sistemas que conectam online os cidadãos e as empresas – tudo isto permite que tenhamos um sistema de intermediação financeira enxuto, ágil e barato – mas que pre-

cisa ter a sua função reconvertida, no sentido de servir a economia e não dela se servir a ponto de travá-la.

O mesmo sistema que hoje nos trava pode se tornar uma poderosa alavanca de desenvolvimento. Não são necessários aqui grandes investimentos, e sim uma reorientação reguladora no sentido determinado no artigo 192º da nossa Constituição sobre o Sistema Financeiro Nacional: “Promover o desenvolvimento equilibrado do País e servir aos interesses da coletividade.” Isto porque, é preciso lembrar, não se trata do dinheiro deles, e sim do dinheiro da população, tanto assim que mesmo sendo empreendimentos privados, têm de receber uma carta patente que os autorize a funcionar com as nossas poupanças. Temos todas as possibilidades técnicas e econômicas para organizar esta reconversão. Falta a capacidade política, que é preciso criar.

Veja o texto completo do artigo em www.dowbor.org/principais-livros - Resgatando o potencial financeiro do país



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

- Costas, Ruth - Porque os bancos brasileiros lucram tanto BBC Brasil em São Paulo 23 de março de 2015

www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/03/150323_bancos_lucros_ru

Artigo
Clemente Ganz Lúcio

DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS PARA ACORDOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL¹

“Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais.”

“A Condição Humana”, Hannah Arendt

A Constituição de 1988 é o atual pacto político fruto do acordo social no qual se coesionou a atual democracia brasileira e as regras para o jogo social no qual se disputa, no espaço institucional permeado pelos conflitos, contradições e desigualdades, as possibilidades do desenvolvimento.

As transformações realizadas nos

últimos anos trouxeram para o centro da vida econômica do País milhões de brasileiros até então excluídos e que passaram a ter emprego, crescimento dos salários, aumento da proteção social, redução da informalidade, acesso ao crédito, entre outros. Reduziu-se, por meio de políticas públicas de caráter distributivo, a miséria e a pobreza. Essa nova nação passou a apresentar novas demandas para o desenvolvi-

mento em termos de bem-estar social e qualidade de vida em condições de sustentabilidade ambiental.

O problema é que essa “nova sociedade” ampliada pela inclusão econômica, com as suas demandas e direitos, não cabe na economia e no Estado brasileiro do jeito que estão organizados para produzir e distribuir o resultado do produto social.

1. Texto elaborado para o XXI Congresso Brasileiro de Economia, Curitiba, Paraná, setembro de 2015.



CLEMENTE GANZ LÚCIO

Sociólogo, diretor técnico do DIEESE, membro do CDES Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

O olhar estratégico de futuro indica que o País precisa promover mudanças que introduzam novos conteúdos em nosso contrato social para que se promova, anime e coordene o crescimento econômico, a reorganização do Estado e o desenvolvimento social.

Superar a desigualdade, em todas as suas formas e dimensões, é um requisito estrutural para o desenvolvimento, como afirma Tony Judt: “A desigualdade é corrosiva. Ela apodrece a sociedade a partir de dentro. A repercussão das diferenças materiais leva algum tempo a mostrar-se: mas, a seu tempo aumenta a concorrência pelo estatuto social e bens; as pessoas experimentam uma sensação crescente de superioridade (ou de inferioridade) segundo as suas posses; cristalizam-se os preconceitos para com as posições inferiores da escala social; o crime aumenta e as patologias do desfavorecimento social vão-se acentuando cada vez mais. O legado da criação da riqueza não regrado é realmente amargo.”²

O papel do Estado na mobilização, articulação, coordenação e organização do processo de desenvolvimento econômico e produtivo é determinante e indelegável. O sucesso de uma economia de mercado depende do equilíbrio entre a sociedade

e a dinâmica de um mercado regulado pela capacidade do Estado de promover o crescimento do padrão civilizatório a ser perseguido. O bem-estar, a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental são objetivos permanentes, definidos em cada contexto histórico, pela capacidade política de cada sociedade em conformar acordos de produção e de distribuição. É pela política que se pode criar um campo para tratar dos conflitos e contradições presentes na sociedade e se buscar a superação ou solução parcial ou provisória, sempre a partir dos interesses reais, na perspectiva de se fazer acordos capazes de criar e atender a uma nova ordem de demanda de interesse geral.

O sucesso de uma economia de mercado depende do equilíbrio entre a sociedade e a dinâmica de um mercado regulado pela capacidade do Estado em promover o crescimento do padrão civilizatório a ser perseguido

Sustentar o crescimento econômico, com qualidade distributiva, é imperativo para a promoção do

desenvolvimento de uma economia que atende às demandas coletivas e de um Estado apto para promover o direito de todos. Será no espaço do crescimento que poderá operar transformações estruturais que ofereçam igualdade de oportunidades e igualdade de condições para que todos desenvolvam suas capacidades.

Por isso há, no contexto atual e diante das adversidades que se colocam no cenário presente, urgência em construir a transição para o crescimento. A estratégia deve viabilizar um movimento de formação da demanda interna e externa que anime uma dinâmica de investimento em inovação produtiva e institucional, por meio, inclusive, da formação de circuitos curtos, médios e longos entre produção e consumo, distribuídos no grande espaço do território nacional e que sejam intencionalmente orientados para fazer frente às enormes desigualdades que marcam a sociedade brasileira.

O centro dessa estratégia deve ser orientado pelo desenvolvimento produtivo que gera emprego, com qualidade dos postos de trabalho e incremento dos salários. Para isso, é fundamental manter, frente à tendência de sobreapreciação da moeda, um posicionamento de longo prazo de um câmbio de equilíbrio indus-



trial. Essa política, adotada nos países com sucesso no desenvolvimento econômico, deve gerar condições de equidade econômica para que as empresas competitivas possam se desenvolver, promovendo o incremento da produtividade e a agregação de valor.

É urgente uma política monetária contracíclica. Isso requer, de partida, um nível de tolerância capaz de absorver os choques de preços e custos, suavizando no curto prazo a política de metas de inflação. Parte essencial será a articulação de um acordo de reorganização da dívida pública interna e seu padrão de remuneração. Isso comporta um novo arranjo ins-

titucional da taxa Selic, dos juros de curto e longo prazo, além do spread bancário, estruturados segundo parâmetros internacionais. Isso deve conduzir ao incentivo direto à atividade produtiva, seja pelo crédito à produção, pela formação de um vigoroso mercado de capitais ou de outros instrumentos de incentivo e sustentação do investimento.

Complementarmente, mas de igual importância, será fundamental retirar a indexação automática dos diferentes contratos e preços administrados, fatores que insistem em manter a inércia inflacionária, com fortes impactos sobre os índices de preços.

O movimento macroeconômico de desenvolvimento produtivo e industrial com base no incremento da produtividade para agregar valor requer inovação de processos, produtos e serviços em todos os setores com base em ciência e tecnologia que se desenvolve a partir de uma educação de qualidade.

Há que se aprofundar a política de desenvolvimento produtivo orientado para micro e pequenas empresas, para a agricultura familiar e a economia popular e solidária, criando mecanismos específicos e voltados para a institucionalidade desses empreendimentos, em termos de crédito, assistência técnica, formação e acesso aos mercados locais, regionais, nacionais e interacionais.

2. Tony JUDT. Um Tratado sobre os nossos Actuais Descontentamentos, Edições 70, Lisboa, 2010, p. 36.

Deve-se observar a dinâmica de incremento da atividade produtiva que as políticas sociais têm em termos de formação de capacidade cognitiva, de qualidade de vida, de geração de emprego e renda, de formação de demanda, inclusive pela indução das compras públicas.

Do mesmo modo, é necessário observar a oportunidade de reorganização do espaço urbano para a qualidade de vida, inclusive pela aproximação do espaço de moradia com o do trabalho, pela produção de novas condições para serviços urbanos e oferta de igualdade de condições. Há um enorme passivo e um déficit social e ambiental a ser corrigido, que exigirá uma longa empreitada de reconstrução desse espaço.

A riqueza presente no extenso território, a qualidade produtiva do solo, a competência produtiva do setor rural brasileiro, a complexa bio-

diversidade, a reserva aquífera, rios e mar, formam um riquíssimo recurso que pode ser usado para a produção econômica centrada na sustentabilidade ambiental, agregando valor estratégico para o desenvolvimento humano em geral. Pode-se, portanto, trabalhar na reorganização do espaço rural voltado para uma produção com preservação ambiental e integrada por meio de um modal moderno de transporte, de comunicação e oferta de serviços disponíveis no meio urbano.

Nessa perspectiva, a reorganização da capacidade fiscal do Estado deve estar orientada para sustentar o investimento em infraestrutura econômica e social. Há que se desenhar, na medida em que se retoma o crescimento, uma reforma tributária orientada pela progressividade da renda e da riqueza, desoneração dos investimentos, entre outras características.

Sobre a base de crescimento devem ser aprofundadas políticas de forte caráter distributivo, como, por exemplo, educação, saúde, previdência e moradia. No campo do trabalho, a geração de emprego, a manutenção da política de valorização do salário mínimo, de sustentação da previdência e seguridade social, são elementos essenciais. Como afirma Piketty, “a redistribuição moderna é construída em torno de uma lógica de direitos e um princípio de igualdade de acesso a certo número de bens julgados fundamentais”³.

Esses elementos, que devem constituir um plano de transição e formação de uma estratégia de crescimento e desenvolvimento, requerem, essencialmente, capacidade política para articulá-los. Capacidade política de fazer boas escolhas, conformar um campo de entendimento, de visão de futuro e de compromissos com os custos da transição.

2. Tony JUDT. Um Tratado sobre os nossos Actuais Descontentamentos, Edições 70, Lisboa, 2010, p. 36.



Artigo
Luiz Alberto Machado

A DIVERSIDADE DAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS ECONOMIA CRIATIVA

1. UM MUNDO EM CONVULSÃO EM BUSCA DE SAÍDA(S)

Publicado em 2010, de autoria de Richard Florida, um dos maiores expoentes da economia criativa, o livro *O Grande Recomeço* focaliza um tema que ocupava, então, espaço considerável na mídia, a crise econômica internacional. Mesmo tendo se passado alguns anos, diversos países ainda se encontram às voltas com a necessidade de superar determinados problemas que tiveram origem ou foram agravados na referida crise.

De dimensão parecida a essa crise, muitos analistas apontam a Grande Depressão, iniciada com o *crash* da Bolsa de Nova York em 1929 e que se estendeu por toda a década de

1930, praticamente emendando com a Segunda Guerra. Alguns analistas fazem comparação também com a crise de 1870, cujos efeitos se fizeram sentir também por uma década ou mais. Em ambos os casos, o que se viu depois da recuperação foi algo diferente do que existia antes, confirmando, em certo aspecto, a teoria da destruição criativa de Schumpeter.

É sobre isso que reflete Richard Florida em *O Grande recomeço*. Nele, Florida considera que a crise, cujos efeitos se estendem até os dias de hoje, marca o fim do predomínio da economia da segunda revolução industrial e a passagem para uma nova realidade, que tem na econo-

mia criativa um de seus elementos mais relevantes.

Se essa visão estiver correta, o que estamos vivendo é uma mudança de paradigma, no sentido atribuído à expressão por Thomas Khun em *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Nesse caso, a realidade predominante ao final da crise não será a mesma de antes, e muitos dos setores importantes da produção liderada pelo setor industrial serão substituídos por novos setores de atividade, com maior participação do setor de serviços e de novos segmentos da indústria, entre os quais o da tecnologia da informação (TI), com destaque para a produção de *softwares* e de *games*.

LUIZ ALBERTO MACHADO

Economista, mestre em Criatividade e Inovação pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal), vice-diretor da Faculdade de Economia da FAAP, conselheiro efetivo do Conselho Federal de Economia e conselheiro da Fundação Brasil Criativo.

E-mail: lasam.machado@gmail.com.



2. O QUE É A ECONOMIA CRIATIVA

A economia criativa tem sua origem na habilidade, criatividade e talentos individuais que, empregados de forma estratégica, têm potencial para a criação de renda e empregos por meio da geração e exploração da propriedade intelectual (PI).

Dois nomes se destacam mundialmente, sendo reconhecidos como grandes expoentes da economia criativa: Richard Florida e John Howkins. O primeiro é urbanista e professor de business e criatividade na Universidade de Toronto. Sua visão da economia criativa tem como foco o comportamento e os hábitos dos indivíduos que atuam nos setores por ela abarcados e que se distingue claramente dos indivíduos

que atuam nos setores considerados tradicionais, na agricultura, na indústria de transformação, no comércio, no setor financeiro etc. Sendo assim, ele dá ênfase ao que chama de “classe criativa”, composta por “indivíduos criativos que sempre vivenciaram e até cultivaram uma experiência heterogênea do tempo. Em geral, o horário de trabalho de escritores, artistas, músicos, cientistas e inventores é imprevisível e atípico; eles trabalham em casa e parecem se divertir ao fazer isso. Hoje, cada vez mais pessoas trabalham dessa forma”. O segundo é jornalista e *visiting professor* da City University de Londres, além de vice-reitor e *visiting professor* da Shanghai School of Creativity, Chi-

na. Sua visão de economia criativa é baseada na relação entre a criatividade e a economia. Nesse sentido, afirma: “A criatividade não é algo novo, tampouco a economia, mas a novidade está na natureza e na extensão da relação entre elas e como elas se combinam para criar valor e riqueza extraordinários”.

Se para Howkins a economia criativa é a relação entre economia e criatividade, outros estudiosos identificam-na como a mais recente linha de pesquisa da criatividade. Embora não haja uniformidade a respeito de quantas são as gerações envolvidas nessa trajetória nem quanto à denominação de cada geração, pode-se fazer a síntese contida na tabela 1.

Denominação	Ênfase	Época
1ª Geração: Pensamento criativo	Desenvolvimento de habilidades	Década de 1950
2ª Geração: Solução criativa de problemas	Produtividade e competitividade	Década de 1960
3ª Geração: O viver criativo	Autotransformação	Década de 1980
4ª Geração: Criatividade como valor social	Solução de problemas sociais, aberta à vida, à juventude, ao cotidiano	Década de 1990
5ª Geração: Economia criativa	Geração e exploração da propriedade intelectual	Década de 2000

Tabela 1 – Cinco gerações no estudo da Criatividade

Observando-se essa trajetória, constata-se que até a terceira geração, os estudos e pesquisas sobre criatividade estavam mais voltados para a dimensão individual; a quarta e a quinta gerações, por sua vez, re-

velam uma preocupação mais ampla, marcada pela busca de soluções para questões sociais e para a formulação de políticas públicas.

Seguem-se as definições de algu-

mas das entidades que têm se dedicado ao tema:

Para a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), a economia

criativa “é um dos setores mais dinâmicos do comércio internacional, gera crescimento, empregos, divisas, inclusão social e desenvolvimento humano. É o ciclo que engloba a criação, produção e distribuição de produtos e serviços que usam o conhecimento, a criatividade e o ativo intelectual como principais recursos produtivos”.

O Reino Unido trabalha com o conceito de indústrias criativas, definidas pelo seu Department of Culture, Media and Sport em 2001 como “aquelas indústrias que têm sua origem na criatividade, na habilidade e

nos talentos individuais e que têm o potencial para a geração de riqueza e de trabalho por intermédio da criação e da exploração da propriedade intelectual: propaganda, arquitetura, mercados de arte e antiguidades, artesanato, design, design de moda, filme e vídeo, softwares interativos de lazer, música, artes performáticas, publicações, software e serviços de computação, televisão e rádio. É diferente de país para país”.

No Plano da Secretaria da Economia Criativa, divulgado em 2012, aparece a seguinte definição: “A Economia Criativa contempla as dinâmi-

cas culturais, sociais e econômicas construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço, e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica”.

Em seu planejamento estratégico, a economia criativa brasileira tem como princípios norteadores a diversidade cultural, a inovação, a sustentabilidade e a inclusão social.

3. CARÁTER ESTRATÉGICO DA ECONOMIA CRIATIVA

A economia criativa é para muitos estudiosos das tendências mundiais o grande motor do desenvolvimento no século XXI. Segundo a ONU, é um setor que já é responsável por 10% do PIB mundial. A UNCTAD divulga que, entre 2000 e 2005, os produtos e serviços criativos mundiais cresceram a uma taxa média anual de 8,7%, o que significa duas vezes mais do que manufaturas e quatro vezes mais do que a indústria.

Pensando em termos de Brasil, pode-se afirmar que a economia criativa se constitui num conceito amplo o suficiente para incluir nessa diversidade, tanto de linguagem quanto de modelos de negócios, englobando uma vasta gama que vai do

indivíduo que trabalha na educação complementar por meio de música a uma grife de roupas ou de automóveis de luxo. Em entrevista concedida à Fundação Verde Herbert Daniel, Cláudia Leitão, que de 2011 a 2013 comandou a Secretaria da Economia Criativa (SEC), vinculada ao Ministério da Cultura, afirmou que “segundo dados do IBGE, a participação dos setores criativos no PIB do Brasil atingiu em 2010 o montante de R\$ 95,157 bilhões, ocupando cerca de 4.287.264 do total de trabalhadores do País”. A essa informação de caráter mais geral, acrescentou: “Estes dados são ampliados quando levamos em consideração que os mesmos correspondem aos resultados de

uma economia formal. Um grande percentual dos empreendimentos e profissionais dos setores criativos brasileiros atua na informalidade”.

A economia criativa é para muitos estudiosos das tendências mundiais o grande motor do desenvolvimento no século XXI

O grande diferencial da economia criativa é que ela promove desenvolvimento sustentável e humano e

não mero crescimento econômico. Quando trabalhamos com criatividade e cultura, atuamos simultaneamente em quatro dimensões: econômica (em geral, a única percebida), social, simbólica e ambiental.

Uma vez que cultura, criatividade e conhecimento (matérias-primas da economia criativa) são os úni-

cos recursos que não se esgotam, mas se renovam e multiplicam com o uso, são estratégicos para a sustentabilidade do planeta, de nossa espécie e, conseqüentemente, das empresas também.

Esse aspecto – a inesgotabilidade dos recursos básicos da economia criativa – nos coloca frente à pers-

pectiva de um novo paradigma para a teoria econômica e para as teorias de desenvolvimento socioeconômico, uma vez que, até agora, o paradigma predominante considerava limitados os recursos básicos utilizados nessas teorias: a terra (recursos naturais), o trabalho (recursos humanos) e o capital (financeiro e tecnológico).

4. ABRANGÊNCIA DA ECONOMIA CRIATIVA

Em razão das diferentes formas de definir a economia criativa, existem algumas divergências também no tocante aos setores por ela englobados. Esporte e turismo, por exemplo, são considerados setores integrantes da economia criativa por alguns especialistas, mas não por outros. Evidentemente, a inclusão ou não desses setores tem diversas implicações, entre as quais a própria aferição da relevância da economia criativa no PIB do país.

Tentando fazer uma síntese da visão dos principais autores, a economia criativa abrange as seguintes áreas: arquitetura e design; artes performáticas (teatro, circo); cinema, rádio e televisão; cultura, música, folclore e entretenimento; moda; propaganda, publicidade e editoração; mercado de artes, antiguidade e artesanato; *software* de lazer e jogos de computador; esporte e turismo.

Portanto, pode-se considerar a economia criativa como sendo a essência da economia do conhecimento, onde consumidores e criadores se confundem, assim como as empresas são ao mesmo tempo provedoras e consumidoras de serviços e bens sofisticados. Consumidores mais sofisticados obrigam as empresas a se sofisticarem e, ao fazê-lo, as empresas geram empregos e renda que estimulam novas demandas.

5. CIDADES CRIATIVAS: DIFERENTES ABORDAGENS

Consequência natural do aprofundamento dos estudos sobre economia criativa foi o surgimento de localidades consideradas criativas. Essas localidades podem ser uma rua, um bairro, uma cidade ou uma região determinada.

Para alguns autores, entre os quais Ana Carla Fonseca Reis e André Urani, é indispensável, para qualquer

discussão sobre cidades criativas, ter em mente o conceito de economia criativa, “já que historicamente os sistemas econômicos nutrem e dão forma e ambiência às cidades. Afinal, no centro da economia estão as relações humanas – as expectativas das pessoas, suas escolhas e comportamentos, que impactam nas decisões de produção, troca e até mesmo

no modo como transformamos – ou não – a cidade na qual vivemos”.

Na visão de alguns especialistas, o que caracteriza cada uma dessas localidades é a existência de uma singularidade ou de um conjunto de singularidades que as diferenciam. É como se constituíssem numa espécie de DNA. Em algumas localidades, essa singularidade está ligada à sua

própria história, como é o caso da Vila de Óbidos, em Portugal. Em outras, essa singularidade decorre de transformações do espaço urbano, com o reaproveitamento de áreas degradadas, como é o caso, por exemplo, de Puerto Madero, em Buenos Aires, ou da Estação das Docas, em Belém do Pará. Se algumas localidades se beneficiam de suas atrações

naturais, sobre as quais procuram fortalecer equipamentos e atividades culturais e criativas, outras, não dispondo de maiores atrativos naturais, são obrigadas a realizar uma série de ações com o objetivo de também serem identificadas como criativas, o que supõe investimento considerável não só na construção de espaços e instalações ou equipa-

mentos, mas também na realização de eventos esportivos, culturais e artísticos, além da promoção de feiras, exposições e congressos de setores bastante diversificados.

A tabela 2 apresenta alguns exemplos de cidades apontadas como criativas, do Brasil e do exterior, destacando a(s) singularidade(s) que lhes conferem essa condição:

Cidade(s)	DNA
Caruaru (PE) e Campina Grande (PB)	Festas Juninas
Parintins (AM)	Festa do Boi
Belém (PA)	Estação das Docas e Círio de Nazaré
São Paulo (SP)	Multidiversidade
Blumenau (SC)	Oktoberfest
Orlando (FL – EUA)	Parques temáticos
Las Vegas (NE – EUA)	Cassinos
Los Angeles (CA – EUA)	Cinema, convenções e exposições
Denver (CO – EUA)	Aeroporto (Aerotrópole)
Barcelona (Espanha)	Turismo, museus e eventos culturais
Capadócia (Turquia)	Formações rochosas e passeios de balão
Óbidos (Portugal)	Turismo e eventos culturais
Florença (Itália)	Moda e museus
Buenos Aires (Argentina)	Puerto Madero (Revitalização) e Tango
Paris (França)	Multidiversidade

Tabela 2 – Cidades criativas e seus respectivos DNAs

Já Richard Florida, que enfatiza o papel da classe criativa, aponta a existência de 3 Ts como indicadores do DNA de uma cidade criativa: tecnologia, talento e tolerância. “Cada uma dessas condições é necessária, mas sozinha é insuficiente: para atrair indivíduos criativos, gerar inovação e estimular o crescimento econômico, um lugar precisa reunir as três”.

Apesar de reconhecer a importância das contribuições de Howkins,

Florida e outros autores que se debruçaram sobre o tema das cidades criativas, acredito que o Brasil deve se preocupar com a criação de seu próprio modelo, incorporando e valorizando nossa enorme diversidade cultural, internacionalmente reconhecida por meio de suas manifestações artísticas e folclóricas, sem deixar de considerar a sustentabilidade econômica e ambiental, a inclusão

produtiva e a inovação. A construção desse modelo deve priorizar a formulação de políticas públicas que estimulem qualquer cidade a se transformar numa cidade criativa, independentemente da existência prévia de uma singularidade que lhe confira um determinado DNA ou do risco de descontinuidade, lamentavelmente ainda tão presente na gestão pública em nosso país.

6. PRINCIPAIS DESAFIOS



Para encerrar esta reflexão sobre economia criativa alerto para alguns desafios que precisam ser superados,

a fim de que ela passe a ser mais conhecida e valorizada, condição *sine qua non* para que venha a ter, no Bra-

sil, a mesma importância com que já é reconhecida em outros países do mundo: i) o ponto de partida para a

formulação de uma política para a economia criativa é o mapeamento do setor, de forma a conscientizar a sociedade de sua importância em termos econômicos; ii) aplicar os esforços e recursos necessários para transformar o setor em uma locomotiva do desenvolvimento, deixando de considerá-lo como algo marginal, secundário do ponto de vista macroeconômico e apenas como política de inclusão social ou política cultural; iii) o desafio não é só encorajar as chamadas indústrias criativas, é encorajar todas as indústrias a se tornarem criativas; iv) para tanto, é necessário gerar condições para que as pequenas e médias empresas se utilizem da capacidade criativa, o que pode ser conseguido por meio da criação de um centro multidisciplinar de difusão e promoção de pesquisa, desenvolvimento e design, que combine estudos e trabalhos de administração, economia, arquitetura, engenharia, tecnologia e artes; v) identificar os setores capazes de ter um maior efeito multiplicador em termos de geração de emprego e renda e criar políticas específicas de financiamento; vi) com esse objetivo, é preciso adequar as políticas fiscais e tributárias às necessidades dos setores criativos, que geralmente são muito diferentes dos setores considerados tradicionais; vii) seguramente haverá necessidade, para fazer a adequação sugerida no item anterior, de revisar as leis de incentivo à cultura, dando maior relevância à economia criativa, o que não acontece no arca-

bouço legal vigente; e viii) pensando ainda no financiamento de projetos abarcados pela economia criativa, principalmente de empreendedores individuais que não dispõem do patrimônio normalmente exigido pelas instituições financeiras tradicionais, vale considerar esquemas inovadores de concessão de crédito, muitos dos quais inspirados nas ideias de Muhammad Yunus, ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2006.

A economia criativa brasileira tem como princípios norteadores a diversidade cultural, a inovação, a sustentabilidade e a inclusão social

Uma vez identificados esses desafios ao crescimento e aperfeiçoamento da economia criativa, seguem-se outros voltados ao surgimento e fortalecimento das cidades criativas: i) na formulação das políticas públicas, atuar para que as políticas de renovação urbana deem preferência à implantação de setores da economia criativa que fomentem a capacidade de multiplicar e gerir redes de contato, circulação de informação e formação de negócios incluídos nos projetos das operações urbanas da cidade;

ii) como transformar uma atração pontual ou momentânea, como um festival, uma exposição, uma romaria ou uma feira, numa atração mais duradoura ou mesmo permanente?; iii) uma das maneiras de contribuir para a transformação apontada no item anterior é a criação de um sistema de incentivos à construção e manutenção de teatros, salas de cinemas, casas de espetáculos, galerias de arte, museus etc., favorecendo assim não apenas a formação de um público consumidor, mas também a geração de empregos e a qualificação da mão de obra; iv) deve-se também adotar e manter políticas que estimulem a implantação de equipamentos culturais de uso coletivo, tais como bibliotecas, centros culturais, escolas de música e dança em regiões urbanas com baixa oferta desse tipo de serviços; v) considerando o enorme potencial da evolução tecnológica, os gestores municipais devem canalizar fundos públicos para negócios voltados à inovação, nas áreas em que se encontram as maiores oportunidades de crescimento futuro, entre os quais estão softwares, *games* e outros segmentos da economia criativa; vi) por fim, é preciso evitar, nos casos de revitalização urbana, o fenômeno da gentrificação, nome que se dá à expulsão de moradores pobres de determinada região ou bairro por meio de um conjunto de medidas socioeconômicas e urbanísticas marcado pela hipervalorização de imóveis e encarecimento de custos.

MERCADO DE TRABALHO PARA JOVENS ECONOMISTAS



O SETOR PÚBLICO E O MERCADO FINANCEIRO ABSORVEM A MAIORIA DOS PROFISSIONAIS FORMADOS. DE ACORDO COM ESPECIALISTAS, A ESCOLHA DE UMA BOA ESCOLA PODE SER DETERMINANTE PARA O SUCESSO.

A cada ano, aproximadamente 6 mil novos economistas deixam as salas de aula e ingressam no mercado de trabalho, de acordo com as pesquisas Sinopse da Educação Superior, divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A formação ampla permite múltiplas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, até mesmo em áreas que não são tradicionalmente ocupadas por economistas, como Marke-

ting, Comércio Exterior e Internacionalização de Empresas.

O economista e conselheiro federal Luiz Alberto Machado, que também é vice-diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), explica o interesse e aptidão dos economistas para exercer atividades em outras áreas. “Há uma tendência de descolamento entre profissão e ocupação. Se até alguns anos atrás isso era raro, hoje o mercado mostra que é uma re-

alidade crescente. Uma boa formação abre portas em diferentes áreas e, como a de Economia é abrangente, o economista é capaz de aproveitar essas novas possibilidades e oportunidades”, destaca Machado, ao acrescentar que os profissionais que estudam e se interessam por vários assuntos são mais valorizados. “Hoje o profissional deve ter conhecimento específico e repertório amplo, e o curso de Economia atende a essa exigência”, recomenda.

José Carlos Morais de Melo, economista formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) é um exemplo dessa tendência apontada por Machado. Trabalhou nas áreas de vendas e varejo de grandes empresas e complementou a formação com um MBA em Marketing para aprimorar os conhecimentos relacionados à função que desempenhava na época. “Mesmo na área de varejo, nunca deixei de utilizar conceitos importantes da Economia. Percebi que eu tinha valor em relação aos demais colegas porque, por ser formado em Economia, tinha capacidade de estudar aspectos financeiros da empresa de forma abrangente, relacionando-os com os fatores históricos. Observava os ciclos e conseguia prever o que poderia acontecer após a tomada de decisões”, relata.

As oportunidades do mercado mostraram um novo caminho a José Carlos. Ao finalizar um projeto de ex-

pansão de uma grande rede de supermercados, percebeu a necessidade do mercado por consultorias. “São projetos com tempo e custo determinado. Cheguei à conclusão de que a minha experiência e vivência profissional seriam melhor aproveitadas como consultor e resolvi apostar”, aponta o economista. Focado no sucesso profissional que a nova empreitada promete, está mapeando os melhores cursos de pós-graduação em Economia para voltar à universidade.

Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos, presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP), pesquisador da FIPE e coordenador de MBAs e projetos de pesquisa em Economia na Universidade de São Paulo (USP), acredita que o mestrado é quase obrigatório para se destacar em um mercado de trabalho afetado pela crise econômica. “As oportunidades são ampliadas de forma gigantesca”, declarou ao destacar que as opções de mestrado

disponíveis no Brasil são de excelente nível.

Em um mercado cada vez mais competitivo, Vasconcellos indica que os alunos busquem uma boa escola para conquistar os melhores empregos. “A grande vantagem do economista é a formação completa para entender a sociedade levando em conta um tripé composto por teoria econômica, história e métodos quantitativos. A boa escola capacita os profissionais a encarar funções com confiança”, destaca. O presidente do Corecon-SP acredita que o mercado está difícil para todas as áreas e pode impactar também a atuação dos economistas. “Não dá para prever quanto tempo vai levar para a economia brasileira se estabilizar. A vantagem é que temos condição de trabalhar em empresas de área financeira, contábil, departamentos econômicos, setor público, bancos, setor financeiro, empresas de consultorias, entre outros”, detalha.



PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

A Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec) realiza anualmente o Exame Nacional de Seleção para avaliar a qualificação acadêmica dos candidatos a mestrado em Economia. A instituição fornece o resultado,

com a classificação geral, às instituições de ensino associadas, que são responsáveis por selecionar os alunos. As matérias abordadas são Matemática, Estatística, Economia Brasileira, Macroeconomia, Microeconomia e Inglês. Para saber mais, acesse www.anpec.org.br

OPORTUNIDADES

O mercado financeiro é apontado pelos economistas como um dos setores mais promissores e que mais empregam os profissionais na área, principalmente nas grandes capitais. De acordo com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), há 492 profissionais certificados pelo Programa de Certificação Nacional (CNPI) e 1.325 profissionais certificados pelo Programa de Certificação de Gestores de Regime Próprio de Previdência Social (CGRPPS).

Para o economista e presidente da instituição, Reginaldo Alexandre, o mercado de trabalho da área depende da evolução do mercado de capitais e está vinculado ao andamento geral da economia do País. “Embora a situação econômica não seja das melhores, existe a possibilidade de o ajuste fiscal ser bem-sucedido e trazer benefícios à economia. A recu-

peração possibilitará a expansão do mercado de capitais, especialmente na área de renda variável, campo privilegiado porque boa parte dos associados trabalha nessa área. É uma carreira que promete e que oferece muitas possibilidades aos profissionais que se encaixam nela”, explica. Para exercer a carreira é preciso ter formação superior, mas não necessariamente em Economia. Porém, é preciso passar pelo exame de certificação aplicado pela Apimec.

O diferencial dos economistas que trabalham no mercado financeiro é a familiaridade com análises e avaliação de cenários. “Nesse sentido, o economista parte com uma vantagem em relação aos demais profissionais que são certificados, mas que não se formaram na área. Para o economista, os temas não são estranhos, são assuntos que correm paralelamente à profissão. Sou economista e não tive

dificuldade em fazer carreira na área”, completa Reginaldo Alexandre.

Luiz Alberto Machado comenta que muitos alunos já iniciam o curso de Economia com a pretensão de trabalhar em empresas transnacionais ou organismos multilaterais e sonham em ter uma boa colocação profissional na área. “O Brasil passa por um processo de inserção na globalização. Há muitas empresas estrangeiras vindo para o País, e vice-versa. Os alunos que investem nesse nicho têm ótimas oportunidades”, recomenda. Para Machado, é fundamental aprimorar o conhecimento da língua inglesa, o que pode ser feito em um intercâmbio. “Independentemente de ir trabalhar em relações internacionais, passar um período fora do país é altamente recomendável porque a economia está globalizada. Não adianta ser superespecialista em Brasil, é preciso ter uma visão de mundo”.

Pagnussat comenta que, se antigamente o cargo mais cobiçado era de analista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nas últimas décadas os economistas vislumbram uma vaga no Banco Central. “Outras carreiras que remuneram bem e também são um excelente mercado de trabalho para os economistas no setor público são: analista de finanças e controle, analista de

planejamento e orçamento, e especialista em políticas públicas e gestão governamental”, indica.

O ex-presidente do Cofecon completa que a área de regulação demandou muitos profissionais nos últimos concursos públicos e que o número de economistas aprovados foi insuficiente para a demanda. “Há uma série de atividades em que os economistas

têm mais competência que os outros profissionais, como preço e conhecimento de mercado, necessários ao dia a dia nas agências reguladoras”, enumera. Outro ponto positivo para os economistas que optam pelo setor público é a valorização destes profissionais dentro do plano de cargos e salários do governo federal.

Além de ter uma visão holística, o

profissional do setor público deve ter um perfil técnico e político, na opinião de Pagnussat. “Não é possível fazer política pública sem pactuar com todos os envolvidos para que seja não apenas legitimada, mas permanente. É fundamental ter competência para articulação, diálogo com o Congresso Nacional, ouvir os diversos atores e viabilizar que as políticas sejam produzidas e implementadas”, recomenda.

EM SALA DE AULA

De acordo com a Sinopse da Educação Superior, divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2013 o Brasil contava com 261 cursos de Economia distribuídos em 190 instituições de ensino, incluindo as modalidades presencial e à distância. Destes, 145 são em universidades públicas e 116 em particulares. Enquanto isso, cursos que são considerados concorrentes têm uma abrangência maior. Em 2013, de acordo com o INEP, existiam 2.113 cursos de Administração no País, distribuídos em 1.493 universidades. O número de matrículas alcançou a marca de 800.114 e o total de concluintes foi de 116.188.

Para incentivar a adesão de novos alunos nas faculdades de Economia, o Conselho Federal de Economia focou a campanha do Dia do Economista deste ano nos estudantes de

Ensino Médio, com ações voltadas às escolas e meios de comunicação priorizados por esse público, como as redes sociais. A campanha é uma oportunidade para conscientizar os jovens estudantes sobre a importância de escolher uma boa escola, o que pode ser determinante para o sucesso profissional.

Para o professor Samy Dana, da FGV/EAESP, o desafio para os estudantes começa antes mesmo de prestar vestibular. É preciso definir a faculdade de acordo com a linha profissional que pretende seguir. “No Brasil, temos muitas escolas focadas em Finanças, outras em Sociologia, outras em Desenvolvimento. Quem entra na faculdade sem saber o que quer e o que esperar, pode acabar se frustrando mais à frente”, recomenda. Dana também chama a atenção para a quebra de estereótipos nas faculdades de Economia. Ele afirma que os alu-

nos ainda têm a visão do economista como o profissional engravatado, mais formal, com linguagem técnica e que, por isso, têm uma cultura melhor. “O que eu tento passar para eles é que é uma questão de estilo e que nem por isso o informal é menos relevante para o País. Ainda vinculamos terno com seriedade profissional, o que não é verdade”, conclui.





CARREIRAS

Para ter sucesso profissional independentemente da área escolhida, é preciso ser protagonista da própria trajetória, é o que sugere o consultor de carreira sênior da Produtive, **Francis Nakada**.

REVISTA ECONOMISTAS:

Como planejar uma carreira que seja imune à crise econômica?

FRANCIS NAKADA

O importante neste momento é a articulação de *networking*. Não só fomentar contatos, mas, principalmente, manter esses contatos ajudando as pessoas e recorrendo a essa rede quando necessário. É importante que o profissional tenha uma iniciativa de provocar e fazer a manutenção de sua rede, o que evidentemente precisa de investimento e disciplina para ter tempo e espaço na agenda para participar de eventos, almoços com ex-colegas, e até mesmo com colegas da empresa que trabalham em áreas diferentes.

O segundo ponto é a formação. O investimento em cursos é fundamental para se manter atualizado sobre boas práticas, ferramentas e instru-

mentos que tornam o dia a dia mais produtivo e eficiente. Além disso, conhecer novas tecnologias a favor do desempenho e das entregas do profissional.

O conceito de estabilidade foi alterado a partir dos anos 80. Antes, estava associado à permanência no mercado. Hoje, não temos garantia de permanência no mercado não só pela característica mais instável da economia, mas pela própria sociedade como um todo. As pessoas perdem emprego não só por desempenho, mas por questões que transcendem a isso, como crises e questões políticas internas. Por isso, é importante estar sempre se articulando de maneira estratégica.

O terceiro ponto é comportamental. Dentro das organizações, a estabilidade mudou. Não está associada ao controle sobre o emprego, mas

sim pela competitividade no mercado. A estabilidade está relacionada a uma rede ativa de *networking*, se manter atualizado sobre as práticas da área e do negócio onde está inserido. Só assim o profissional vai ser lembrado e convidado para participar de processos seletivos.

A responsabilidade do gerenciamento de carreira é do profissional, ele é o protagonista da carreira e deve saber guiá-la de acordo com objetivos profissionais, e não delegar para a empresa, gestor e mercado.

RE: O que você recomendaria a um estudante de Economia em relação às novas exigências do mercado de trabalho?

FN: Falando do mercado executivo, da formação galgada no curso de Economia, percebo um mercado muito receptivo a esse tipo de for-

mação, com um leque de possibilidades muito interessante. Hoje a formação em economia transcende a financeira, que foi por muito tempo o núcleo onde circularam os principais profissionais. Percebo atividade na área de finanças, estruturação de cenários, estudos de viabilidade, projetos de macro análise, modelagens financeiras, e o economista tem expertise única que não se vê em Administração e Contábeis.

O mercado está se ampliando para a atuação de economistas em outros setores, como planejamento e estratégias, varejo – consumo, demandas e pesquisa -, e inclusive na área de marketing atrelada a inteligência de mercado, estudos onde é preciso ter um olhar mais analítico.

Recomendo investir em características que reúnem base de informações valorizada, valor crítico analítico, posicionamento com embasamento, porque tudo isso gera se-

gurança para tomar decisões de nível diretivo. Quem tem o olhar orientado para as perspectivas do futuro é valorizado pelo corpo executivo das organizações e mercado de trabalho.

É preciso ter cuidado para estar sempre focado na aplicabilidade prática dos conceitos de Economia e não apenas no campo teórico porque isso é muito entediante para os executivos focados em resultados. É preciso tornar aplicável o conceito de maneira funcional. Buscar entendimento e aprimorar a visão sobre negócios, funcionamento da dinâmica de consumo, da operação industrial e de bens de consumo, por exemplo.

É muito importante se atualizar com assuntos da área fim em que atua, ter um olhar estratégico. Seguir se atualizando com conhecimentos aplicados à área e não se manter focado especificamente com o curso de Economia.

RE: O que fazer para ser um profissional de sucesso?

FN: Carreira não é receita de bolo, a pessoa precisa identificar qual o seu conceito de sucesso e formatar um plano de ação para isso. Cada carreira está associada a uma pessoa, a uma personalidade e a um universo à parte. Indico fugir do senso comum, buscar o que satisfaz, o que tem prazer, e direcionar a carreira em prol desse objetivo. Antes de pensar no mercado, olhar para si.

Sugiro que os jovens conversem, acessem e conheçam as possibilidades de carreiras possíveis para saber com o que se identificam naquele momento. A etapa inicial da carreira, quando a pessoa está na primeira metade dos 20 anos, tem viés experimental. É preciso se permitir a vivenciar e talvez perceba identificação com alguma área específica. Porém, não é porque as pessoas não se encontraram profissionalmente que estejam perdidas, é preciso ter senso de curiosidade e de movimento.



O QUE TE ATRAIU NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS?

Sabemos que a economia é uma ciência complexa e multifacetada. Mas o que te fisionou a ponto de você optar por dedicar boa parte da sua vida a esta área?

O Cofecon lançou um Concurso Cultural nas redes sociais para conhecer a motivação de estudantes e economistas no momento da escolha da profissão. Ao todo, 26 pessoas relataram os objetivos e os sonhos que impulsionaram essa decisão. Confira nesta seção os depoimentos selecionados pela Comissão de Comunicação e Eventos do Cofecon e descubra novos olhares sobre os desafios e os encantos da profissão de economista. Inspire-se.

ROCK HUD FRANCISCO ARAUJO

21 anos. Estudante do 5º período da Universidade Federal do Piauí (UFPI):

“Sou apaixonado pelo que estudo. Ser economista é enxergar uma imensidão de pequenos detalhes que passariam despercebidos sob outros olhares. O economista, ao invés de salvar uma única vida, provê uma nação inteira e garante às futuras gerações a perpetuação de suas existências. Assim como nada parte do nada e se torna algo, o futuro seria um fluxo temporal vazio sem a existência de um economista. Uma profissão que encanta a cada novo modelo, a cada nova análise, a cada nova estatística a respeito do comportamento dos agregados. Uma profissão que a cada dia se atualiza e agrega mais conhecimento a seus amantes e seguidores. Isso é o que me motiva”.

SÍLVIA LETÍCIA BAMPI

22 anos. Economista de Passo Fundo/RS sob o registro CORECON/RS 8258:

“Não foi só uma escolha, foi um passo que definiria minha história e meu futuro. Ser economista representa ser a alternativa ao improvável. Ter escolhido essa profissão representa a audácia de ter em minhas mãos a responsabilidade pela condução de um mundo de possibilidades. Isso é o que me inspira: ter certeza de que tenho todas as ferramentas necessárias para lapidar, por mais bruto que seja o conhecimento. Ser economista é simplesmente “ser””.



ISAQUE RODRIGUES LOPES

23 anos. Estudante do 4º período da Universidade Federal Fluminense (UFF):

“A profissão de economista é encantadora. Estuda os níveis de emprego, a renda, os capitais, as crises econômicas, os mercados, as causas e consequências das políticas de um governo, a história, a sociedade e seus interesses, o bem-estar social e as relações internacionais. Através de suas expectativas, designa um fim ou estimula um início. Suas críticas exaltam, mas também dizem e influenciam pela sua credibilidade. Somos o elo entre a oportunidade e o sucesso, entre a esperança e a decisão”.



MILTON BIAZUS

66 anos. Economista de Caxias do Sul/RS sob o registro CORECON/RS 3816:

“Os bons economistas ampliam seus horizontes muito além dos modelos econômicos. Observam os seres humanos, seus valores, como trabalham, o que fazem e porque fazem o que fazem. Estudam como se formam e se desenvolvem as sociedades e como se comportam as culturas. A economia e suas previsões dependem de tais conhecimentos... diferentes culturas se desenvolvem e criam riqueza de maneiras profundamente diversas que só a economia pode explicar. Ser economista é aprender com o passado, analisar o presente e projetar o futuro com consciência”.



DIOGO PEREIRA DE SANTANA

23 anos. Estudante do 7º período da Universidade Federal do Pará (UFPA):

“Eu conheci a profissão de economista na adolescência, participando de uma feira vocacional na Universidade. Na ocasião, fui fisgado pela frase: “Quer ficar rico? Aprenda como”. Entendi isso como uma oportunidade e conversei por muito tempo com os estudantes do curso que estavam naquele estande. Depois busquei mais informações sobre a profissão e gostei muito da sua multidisciplinaridade. Hoje eu estou no 7º semestre do curso e a cada dia que passa eu me identifico mais. Ficando rico ou não, agradeço o autor da frase por ter me chamado a atenção”.



REGINA LÚCIA SANCHES MALASSISE

44 anos. Economista de Londrina/PR sob o registro CORECON/PR 6154:

“Meu amor pela economia começou no colo de meu pai que, sempre providente, me ensinou o valor do dinheiro e dos estudos. Sempre gostei de ler jornal e a seção de economia era a minha leitura preferida. Ingressei no curso de Ciências Econômicas e no final do quinto ano fui aprovada no Mestrado. Quando pensei que meu amor havia findado, comecei o Doutorado. Fui brindada com o Prêmio Edson Postch Magalhães da Sober como melhor Tese de Doutorado em Economia Rural em 2015. Minha jornada continua e meu desafio atual é tornar o curso de Economia a distância da Universidade Norte do Paraná (Unopar) uma referência nacional”.

COFECON E ESTUDANTES DE ECONOMIA SE APROXIMAM DURANTE XLI ENECO



Estudantes de diversos estados brasileiros se reuniram em Palmas, no Tocantins, de 5 a 11 de julho. O motivo foi a realização da 41ª edição do Encontro Nacional dos Estudantes de Economia (XLI ENECO). O tema central deste ano foi a “A (des) integração brasileira sob a ótica das peculiaridades regionais: um olhar sobre as regiões”, e reuniu economistas brasileiros renomados para proferir palestras. O Cofecon

concedeu apoio institucional e financeiro ao evento, que já é tradição entre os estudantes da área por promover a integração e o debate entre universitários de todo o País.

A cada ano, o evento é realizado em faculdades de diferentes regiões do Brasil, em rodízio instituído pela Federação Nacional dos Estudantes de Economia (Feneco). O objetivo é que, assim, o encontro seja cada

vez mais plural e a divulgação ainda maior. O Eneco proporciona um momento único de troca de experiências e diálogos entre todos os estudantes de Economia, sendo composto dos eixos acadêmico, político e cultural. Desde modo, propicia um ambiente fértil ao fomento e disseminação de ideias, sem deixar de lado a pluralidade de visões e a valorização de uma identidade econômica genuinamente brasileira.

Neste ano, o Eneco teve sede na Universidade Federal do Tocantins e foi marcado por uma programação acadêmica bastante intensa e coerente, em consonância com o tema central. Além das tradicionais palestras de economistas conceituados, o eixo acadêmico também contou com a realização de minicursos e apresentação de trabalhos discentes. Para o incentivo destes, foi retomado o Prêmio Feneco, que recompensou os três melhores trabalhos seguindo

critérios de originalidade, criticidade e adequação ao tema do evento.

Também foram realizadas oficinas de funk, forró, e dança africana, marcando o lado cultural do encontro. No eixo político, ocorreram grupos de discussão que levantaram os debates sobre a formação do economista, o combate às opressões e as greves das universidades federais. Durante o Eneco, discutiu-se os rumos da própria Federação enquanto

órgão representativo e, com ênfase particular, aos novos horizontes da mobilização estudantil.

Outro grande destaque do evento foi a Comissão Organizadora, composta exclusivamente por mulheres. “Não se pode deixar de parabenizar essas estudantes que realizaram um belo trabalho, superando os desafios financeiros e estruturais e firmando parcerias inteligentes”, afirmou a estudante Bruna Ferraz Raposo, diretora da Feneco.



DESTAQUES DA PROGRAMAÇÃO

A solenidade de abertura, realizada na noite de domingo no auditório Cuica, teve a presença do vice-presidente do Cofecon, Júlio Miragaya e da presidente do Corecon/TO, Maria do Socorro de Lima, além de representantes da Universidade Federal do Tocantins e da Feneco. Na sequência, ocorreu a palestra inaugural “A crise econômica, o ajuste fiscal e seus desdobramentos na perspectiva do desenvolvimento regional” proferida pelo vice-presidente do Cofecon, Júlio Miragaya. Após uma

extensa e rica sessão de debates, os trabalhos do primeiro dia se encerraram às 22:30 horas.

No segundo dia do Eneco, na manhã de segunda-feira, o vice-presidente do Cofecon e o conselheiro federal Eduardo Monteiro Costa, ao lado de Higor de Sousa Franco, do Corecon-TO, participaram da mesa de discussão “O papel do economista no mercado de trabalho e a inserção institucional”. À noite, foi proferida pelo professor Wilson Cano (Unicamp) a palestra “A questão regional e a crise brasileira”.

Na terça-feira ocorreu pela manhã a mesa de discussão sobre “Planejamento e desenvolvimento regional”, com Bernardo Campolina Diniz (UFMG) e Roberto Luís MonteMór (UFMG). A palestra central foi proferida à noite pelo professor Francisco de Assis (UFPA) sobre o tema “Os desafios à economia da peculiaridade amazônica”.

Na quarta-feira, houve a mesa redonda “Brasil: um debate sobre as peculiaridades regionais”, com

Octávio Conceição (UFRGS); Jorge Cavalcante (UERJ); José Eustáquio Ribeiro (IPEA) e José Raimundo Trindade (UFPA) e à noite a palestra “Desenvolvimento humano e desenvolvimento regional”, com o professor Ricardo Feijó (USP).

FENECO

O encontro teve importância fundamental para o processo de reconstrução da Feneco, ainda em andamento. Após alguns anos de inércia, a Executiva Nacional foi reativada em 2014 no XL Eneco – Fortaleza (CE), composta por um (a) diretor

PARCERIA COM O COFECON

Na tarde de segunda-feira, 6 de julho, foi realizada reunião entre o Cofecon, o Corecon/TO e a direção da Feneco, marcando a reaproximação entre as instituições. Na ocasião o vice-presidente do Cofecon, Júlio Miragaya, e a presidente do Corecon/TO, Maria do Socorro de Lima, além do apoio prestado pelo Cofecon e Corecon/TO - tanto financeiro, arcando com passagens aéreas para palestrantes, como institucional, viabilizando o apoio do Sebrae/TO para a confecção de material gráfico e outros – comprometeram-se a ampliá-lo.

Entre as ações previstas, destacam-se: a) Inserir na página do Cofecon

Na quinta-feira a palestra noturna foi ministrada pelo professor João Policarpo (UFPE) com o tema “Desenvolvimento regional no Brasil: tendências recentes e os desafios do Nordeste”. Por fim, na sexta-feira, ocorreu pela manhã a palestra “As es-

(a) de cada região. A participação é duplicada no Sudeste e Nordeste, totalizando sete diretores (as) e sete suplentes. Ao longo do último ano, o trabalho foi guiado pela construção das bases institucionais e das vias de comunicação, além da par-

espaço para notícias da Feneco; b) Publicar matéria sobre o 41º Eneco na revista “Economistas” do Cofecon; c) Realizar durante o 21º CBE em Curitiba reunião da direção da Feneco com os estudantes de economia que estarão participando da Gincana de Economia; d) Repassar para a Feneco material da campanha publicitária do Dia do Economista de 2015, cujo tema será voltado para os jovens, a fim de difusão entre os estudantes de economia; e) Recepcionar um representante da Feneco na plenária do Cofecon a ser realizada durante o CBE para que possa apresentar as

peculiaridades da periferia brasileira”, ministrada pelo professor Cid Feitosa (UFAL) e a palestra central foi “Desenvolvimento regional no Brasil: uma perspectiva pela economia plural e substantiva”, proferida pelo professor Waldecy Rodrigues (UFT).

ticipação expressiva da Federação no XLI Eneco, procurando reativar o interesse dos estudantes em construir e colaborar com a entidade. Nesse sentido, a Feneco sai mais fortalecida e estreitando o diálogo com os estudantes.

principais deliberações do 41º Eneco, as perspectivas de cooperação com o Cofecon e pleitear apoio para o 42º Eneco em São Paulo em 2016.

Participaram o vice-presidente do Cofecon, Júlio Miragaya; o conselheiro federal Eduardo Costa; a presidente do Corecon-TO, Maria do Socorro. Pela FENECO, marcaram presença os membros da Executiva: Daniel Carabolante (USP), Wellington Darcio (USP), Bruna Ferraz (UFF) e Vitor Castro (UFT). A Comissão de Organização do 41º Eneco foi representada pelo estudante Wilter Albernaz (UFRJ).

Novos
Livros

LUC FERRY

Rio de Janeiro: Objetiva, 2015
ISBN: 978-85-390-0677-9



A INOVAÇÃO DESTRUIDORA

Por Luiz Alberto Machado, economista, vice-diretor da Faculdade de Economia da FAAP e conselheiro do Cofecon

Começo esta resenha confessando que comprei o livro por impulso, logo que me deparei com seu título. Luc Ferry, o autor, fez um jogo de palavras com uma famosa contribuição teórica de Schumpeter, dando a seu livro o título de A inovação destruidora, acompanhada do subtítulo Ensaio para compreender as sociedades modernas.

Numa época em que se veem crises pipocarem em várias partes do mundo, levando muita gente a questionar a própria capacidade de sobrevivência do velho capitalismo - sendo o francês Thomas Piketty o mais festejado, graças ao extraordinário “êxito de seu O Capital do Século XXI - o livro de Luc Ferry parte, logo no primeiro capítulo, de uma comparação das proposições de Keynes e Schumpeter – qualificados por ele como “sem dúvida, os dois mais marcantes economistas do século passado”, a respeito de estratégias de crescimento, rotulando-as, respectivamente, de “estímulo ao consumo” e “destruição criadora”.

Ao caracterizá-las, afirma: “O primeiro [keynesiano] procede do aumento do número de consumidores e, se possível, do tamanho de suas carteiras. O segundo [schumpeteriano] afirma que o verdadeiro motor do crescimento é a inovação, que torna, aos poucos, obsoletos todos os restos do passado, sejam produtos, modos de vida ou organizações tecnicamente ultrapassadas”.

Na sequência, depois de explorar um pouco mais esta comparação inicial, o autor passa a dar mais ênfase a um aspecto negativo do capitalismo decorrente da busca incessante pela inovação do que a seus aspectos positivos enaltecidos por Schumpeter e inúmeros outros analistas, seguidores ou não das ideias do polêmico economista nascido na Áustria, mas não pertencente à chamada Escola Austríaca de Economia, tão bem representada na segunda metade do século passado por nomes como Hayek e von

Mises. Embora explore o caráter selvagem e concentrador do capitalismo, o autor o faz sem qualquer fanatismo ideológico, o que dá ao texto uma enorme credibilidade.

Em nenhum momento, ele põe em dúvida a eficiência do capitalismo no que se refere à sua capacidade na produção da riqueza, chegando mesmo a reproduzir o trecho que se segue, de um dos mais renomados economistas franceses contemporâneos, Nicolas Bouzou, para situar a análise de Schumpeter na conjuntura atual:

“A destruição criadora sacode o corpo social permanentemente. Quanto mais forte é o crescimento, mais o corpo social é sacudido. Sem crescimento, porém, as condições de vida não melhoram. Certamente, a destruturação do corpo social é proporcional à amplitude das ondas de inovação. Elas atingem seu paroxismo quando aparecem o que os americanos chamam de ‘general purpose technologies’, o que se traduz como tecnologias multiuso.



Acesse a página da Feneco no Facebook: www.facebook.com/feneco15

Trata-se de tecnologias que têm impacto não apenas no seu setor de origem, mas no conjunto da economia. É o caso da máquina a vapor, da eletricidade, da informática, das nanotecnologias. Além dos efeitos maciços de destruição criadora que elas ocasionam, possuem outra característica perturbadora: levam muito tempo para produzir efeitos mais positivos e visíveis. Quando são introduzidas, o grande público não compreende sua importância. Somente após vários decênios é que seus campos de aplicação se tornam evidentes. É então que essas tecnologias geram inovações secundárias, novos empregos e salários mais altos. Fala-se, então, de ‘síntese inovadora’”.

Com tal postura de honestidade intelectual, Ferry referenda, de certa forma, uma das mais conhecidas afirmações de Marx e Engels, que, em 1848, em O Manifesto Comunista, enalteceram a capacidade da burguesia e das forças produtivas do capitalismo: “Ela (a burguesia) criou cidades colossais, aumentou muito a população urbana em relação a rural durante pouco mais de cem anos em que se encontra no poder, ela criou forças produtivas colossais e mais sólidas do que todas as gerações anteriores juntas”.

Antes da supramencionada comparação, Luc Ferry abre a Introdução afirmando que “neste universo de competição global que se chama globalização, os investimentos inovadores se tornaram vitais para nossas economias”. Prosseguindo nesse raciocínio, complementa: “Uma empresa que não inova

continuamente e em todos os campos – produtos, comunicação, relações humanas, informática, conquista de novos mercados, organização da produção, dos transportes etc. – está fada à morte, pois será varrida por seus concorrentes”.

É exatamente sobre essa busca incessante, que se torna muitas vezes irracional, da inovação que reside o foco do restante do livro. Nesses capítulos, além de reforçar o caráter selvagem assumido muitas vezes por essa busca, o autor estende sua análise a diversos segmentos de atividade, tendo me chamado muito a atenção a análise que ele faz a respeito da arte e, em especial, da arte moderna. Neste particular, Luc Ferry, que, diga-se de passagem, é filósofo e não economista, questiona o comportamento e as tomadas de decisão de consumo da burguesia que, não raras vezes, se dispõe a gastar uma verdadeira fortuna por obras de arte que provavelmente não compreende, nem jamais compreenderá. O capítulo intitulado O Triângulo de Kandinsky oferece inigualável deleite.

O último capítulo, A Europa e o sagrado, propõe que as pessoas façam um esforço para pensar além das polarizações do tipo esquerda e direita ou otimismo e pessimismo. Nessa linha, vale reproduzir o parágrafo final: “Quando vejo a degeneração da cultura contemporânea, de uma arte que tem sucesso nos mercados, apesar do fato de ter deixado de ser bela e sensata, mas graças a isso mesmo; quando vejo o estado da educação de nossas crianças na esfera privada, e a volta de ideologias sobera-

nistas, nacionalistas, antieuropeias na esfera pública, eu digo a mim mesmo, à vezes, que não estamos à altura, que não merecemos nossa própria herança, que o lado destruidor da inovação talvez tenha vencido nosso lado humanista e criativo. Não sou, contudo, pessimista. Caberá à nossa juventude responder a essas interrogações, caberá a ela decidir se quer desviar o curso da história para o pior ou para o melhor. Nada está perdido, o jogo não acabou. A moeda está girando”.

Essa observação final refere-se à juventude francesa. Acredito, porém, que com pequenas adaptações, possa ser aplicada também à juventude brasileira, razão pela qual optei por este livro para resenhar na revista Economistas.

Sempre tive em conta que o bom filósofo é o que faz as pessoas refletirem. Se essa percepção estiver correta, Luc Ferry é um excelente filósofo, pois seu livro me fez refletir muito a respeito da complexidade do mundo atual. Nessas reflexões, concordei com a visão do autor em algumas delas e discordei em muitas outras. Talvez seja por esse motivo que apreciei tanto a leitura, a ponto de recomendá-la a qualquer pessoa que veja com preocupação o que está ocorrendo em diversas partes do mundo.

Concluo esta resenha recorrendo a uma famosa citação de Winston Churchill sobre a democracia, adaptando-a ao capitalismo: “O capitalismo é o pior sistema econômico imaginável, à exceção de todos os outros que foram experimentados”.

“

Vamos



FALAR

de
AMOR?

Toda paixão tem um começo.
Para um Economista ela começa muito antes da faculdade, quando surge uma enorme vontade de fazer algo para que o nosso País cresça e se desenvolva.

Mas é na universidade que a paixão vira amor.
Durante os quatro anos de duração do curso de Ciências Econômicas, disciplinas de Exatas e Humanas são estudadas de forma integrada. E o amor cresce ainda mais.

Ao escolher uma área de atuação que combina com o seu jeito de ser, o Economista sela este amor eterno com sua profissão, seja em empresas privadas, na administração pública, em Organizações Não Governamentais (ONGs) e até em organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

No Brasil, existem 261 cursos de Ciências Econômicas em universidades públicas e privadas, presenciais e à distância. Grande parte das universidades aceita notas do Enem e oferece várias opções de financiamento. Tudo para você também poder viver a sua história de amor.

”

Saiba mais:
/querosereconomista

cofecon.org.br

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
SISTEMA COFECON/CORECONs



XXI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA - CBE
CURITIBA - PARANÁ - 09 A 11 DE SETEMBRO DE 2015



Tema central

“A apropriação e a distribuição da riqueza - desafios para o século XXI”

O Congresso Brasileiro de Economia se consolidou como o principal encontro do segmento econômico no país. Realizado sempre nos anos ímpares, desde o primeiro, em 1968, o evento reúne profissionais da área, empresários, autoridades, estudantes de economia e representantes dos principais segmentos da sociedade para o debate de temas fundamentais ao desenvolvimento sustentável do país. O objetivo é apresentar análises, alternativas e perspectivas de solução para importantes questões que influenciam no bem-estar de toda a sociedade.

O Congresso visa, também, promover a valorização, atualização e integração dos profissionais de economia de todo o país, bem como estudantes e profissionais de outras áreas, para a geração de ideias que contribuam com soluções inovadoras para a implantação de tecnologias, cooperando para o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável, e proporcionando melhor qualidade de vida para as atuais e futuras gerações.

Mais informações:

site: www.cbe2015.org.br

Telefone: (45) 3025-2121

email: inscricoes@alvoeventos.com.br



INSCREVA-SE
www.cbe2015.org.br



- Palestras
- Workshops
- Cursos de Capacitação
- Atrações Culturais
- Trabalhos Científicos

Local do Evento

Teatro Positivo - Pequeno Auditório
Rua Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, 5300
Cidade Industrial - Curitiba - Paraná

Realização



Patrocínio



Promoção



Apoio Institucional



Apoio

